



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº Especial X

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE NOVEMBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB.....	Antonio Anibelli
PPB.....	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS.....	Marcos Isfer
PSB.....	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA
APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DA
CPI DO BANESTADO
REALIZADA EM
26 DE NOVEMBRO DE 2003**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelo senhor deputado Nereu Moura e pela senhora deputada Cida Borghetti.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente o senhor deputado José Maria Ferreira (01), conforme o artigo 61 do Regimento Interno.

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO ESPECIAL.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Comunico que conforme requerimento de autor do senhor deputado Neivo Beraldin, aprovado no dia 18 de novembro por todos os senhores parlamentares desta Casa, solicitando a transformação da Sessão Ordinária em Sessão Especial, destinando o Pequeno e o Grande Expedientes para a apresentação do Relatório da CPI do Banestado.

Antes de concedermos a palavra ao relator da CPI, deputado Delegado Braddock, gostaríamos de fazer um agradecimento todo especial as Exmas. Sras. Dra. Bianca Luz Arenhart, juíza substituta da 2ª Vara Especializada em lavagem de dinheiro; Dra. Maria Tereza Willy Gomes, procuradora-geral da Justiça do Paraná; Dra.

Marcela Moraes Peixoto, procuradora-chefe da Procuradoria da República do Estado do Paraná; Dr. Sérgio Boto, procurador-geral do Estado e também a nossa procuradora do Tribunal de Contas, que nos honra com a sua presença.

Com a palavra o deputado Delegado Braddock, para leitura do relatório aprovado pela CPI do Banestado.

O SR. DELEGADO BRADDOCK

Senhor presidente, deputado Hermas Brandão; 1º secretário, deputado Nereu Moura; deputada Cida Borghetti; senhoras e senhores deputados. Também quero referendar a nossa procuradora-geral de Justiça, Dra. Maria Tereza Gomes; Dra. Bianca, juíza federal da nossa Justiça Federal aqui do Paraná; Dr. Sérgio Boto, nosso procurador-geral; pessoal do Sindicato dos Bancários.

Hoje é um dia muito especial para todos nós!

Quando assumi o cargo de relator da CPI do Banestado no lugar da Ilma. deputada Elza Correia, sabia que não seria fácil esta função. E neste momento, antes de iniciar a leitura do relatório, quero agradecer os deputados que fizeram parte desta CPI: nosso presidente, deputado Neivo Beraldin; o deputado Ademir Bier; nossa querida deputada Luciana Rafagnin; o deputado Waldir Leite; deputado Miltinho Pupio; nosso companheiro, que por algum tempo também foi membro da nossa CPI, o deputado Nelson Justus; deputado Francisco Bühner e espero não ter esquecido de ninguém, porque a emoção é muito grande!

Quero também agradecer, em público, a toda Comissão Técnica da CPI na pessoa do Marcelo, e ao cumprimentá-lo, cumprimento a todos os demais membros da Comissão Técnica. Foram oitenta mil páginas de documentos, horas de sono despendidas na feitura deste relatório; ao Nércio, um trabalhador incansável e, enfim, a todas aquelas pessoas que, de uma maneira ou outra, colaboraram para a realização deste relatório e com a conclusão desta CPI.

Quero também agradecer aos demais deputados e aproveitando, já que estamos no final do nosso ano, agradecer e dizer que aprendi muito com os senhores deputados. É um grande desafio, um novo desafio na minha vida, mas quero dizer, aprendi muito com cada um dos senhores; cada um foi uma peça muito importante para a confecção deste relatório.

Agora vamos à leitura:

(Lê):

“RESUMO DAS RECOMENDAÇÕES

Ao Governo do Estado do Paraná

1 - Seja tomada uma providência no sentido de reorganizar e reestruturar a Agência de Fomento, inclusive com a realização e uma auditoria independente para avaliar a situação dos créditos e para que sejam tomadas as medidas de urgência no caso de prescrição iminente.

Procuradoria Geral do Estado

1 - A interposição de ação cabível contra o Banco Central e a União Federal, em virtude de sua omissão e negligência, visando o ressarcimento do Estado do valor de R\$2 bilhões (dois bilhões de reais), na pior das hipóteses, que pode ser utilizado para renegociação da dívida junto ao Governo Federal deduzindo-se do saldo devedor existente.

2 - A interposição de ação de ressarcimento contra o Banco Central e a Caixa Econômica Federal proporcionalmente, visando a devolução ao Estado do valor de R\$221,7 milhões (duzentos e vinte e um milhões e setecentos mil reais), decorrentes dos juros extorsivos de captação em CDI junto à Caixa Econômica Federal e empréstimos de socorro à liquidez junto ao Bacen, acrescido de juros e correção monetária, que também pode ser utilizado para abatimento da dívida junto ao Governo Federal.

3 - A renegociação dos contratos firmados com as montadoras Renault e Volkswagen para a aplicação dos juros legalmente estabelecidos, ou a interposição de ação destinada a promover a revisão do contrato para o mesmo fim, revertendo o prejuízo causado à economia paraense.

Ministério Público Federal e Estadual

1 - A denúncia dos diretores do Banestado por aprovação de inúmeras operações irregulares e que foram punidos pelo Banco Central do Brasil com penas superiores a 15 anos de inabilitação de atuação de instituições financeiras em seu âmbito pelo crime de gestão temerária, previsto no artigo 4º da Lei nº 7.492/86:

- Aldo de Almeida Júnior, Alfredo Sadi Prestes, Cestílio Merlo, Domingos Tarço Murta Ramalho, Geraldo Molina, Luiz Antônio de Camargo Fayet, Manoel Campinha Garcia Cid, Nilton Hirt Mariano, Oswaldo Rodrigues Batata, Sérgio Elói Druszczyk, Élio Poletto Panato, Gabriel Nunes Pires Neto, Paulo Roberto Rocha Krüger, Valmor Pícolo e Wilson Mugnaini.

2 - sejam interpostas ações cíveis e criminais em relação às irregularidades constatadas no Banestado Leasing e Banestado Corretora, em relação aos fatos novos trazidos pelo Relatório da CPI do Banestado;

3 - pela responsabilidade da administração do Banestado e do Agente Fiduciário, desde a data da emissão das debêntures (01.05.96), por agirem de forma negligentes na condução dos negócios da Sociedade, infringindo os princípios gerais de garantia, seletividade, liquidez e diversificação de riscos, permitindo a retirada das garantias que estavam a amparar a operação e não exigindo sua recomposição, caracterizando o cometimento de infração grave na condução dos interesses da sociedade, pois a emissora não dispõe de patrimônio capaz de honrar tais títulos, o que resultará em prejuízo ao Estado do Paraná. A Diretoria e Conselho de Administração à época da celebração da operação que deve, poderá ser denunciada, era:

Acir Eloir Pinto da Rocha, Alaor Alvim Pereira, Aldo de Almeida Júnior, Alfredo Sadi Prestes, Aristeu Cruz, Arlei Mário Pinto de Lara, Aroldo dos Santos Carneiro, Carlos Alberto Pereira de Oliveira, Celso da Costa Sabóia, Domingos Tarço Murta Ramalho. Élio Poletto Panato, Gabriel Nunes Pires Neto, Geraldo Marques, Geraldo Molina, Giovani Gionédís, Guntolf Van Kaick, Honório Petersen Hungna, José Agostinho Daros, José Sílvio de Oliveira Capucho, Kenji Iwamoto, Manoel Campinha Garcia Cid, Maria Myiuki Endo Ravedutti, Miguel Salomão, Nestor Celso Imthon Bueno, Nilton Hirt Mariano, Oswaldo Rodrigues Batata, Paulo Janino Júnior, Paulo Ricardo dos Santos, Paulo Roberto Pereira de Souza, Sérgio Elói Druszczyk, Valdemar José Cequinell, Valmor Pícolo, Vilmar Xavier Pereira, Wilson Mugnaini, Zinara Marcet de Andrade Nascimento.

Recomenda-se também a interposição de medidas judiciais em face da garantidora da operação - Cidadela S/A, e de seus sócios.

4 - A interposição das medidas judiciais cabíveis responsabilizando os mentores intelectuais da formação do Edital de Licitação nº 01/99 - Sefa ainda não identificados, pela inclusão no Edital do prêmio de êxito do Serviço "B", pelo caráter despropositado e lesivo do erário público, bem como para a responsabilização dos membros da Comissão Especial de Licitação designados pelo Decreto Estadual nº 596, de 09.04.1999: especialmente a advogada da Secretaria da Fazenda, Lúcia Paula Cordeiro do Rego Barros Biscaia - presidente da Comissão Especial de Licitação; e Márcia Carla Pereira Ribeiro, procuradora do Patrimônio, da Procuradoria Geral do Estado, pelo descumprimento legal da Lei nº 8.666/93; sem prejuízo das medidas cabíveis ao Carlos Roberto Sebastiani, também recomenda-se o rastreamento do montante dos recursos na orem de R\$6.453.367,05 (seis milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, trezentos e sessenta e sete reais e cinco centavos), que o Consórcio Fator recebeu como prêmio de êxito do Serviço "B", com o propósito de identificação dos reais beneficiários ocultos; sem prejuízo das medidas cabíveis de ressarcimento, e ainda contra o HSBC que adquiriu o Consórcio CCF, bem como do Consórcio Fator vencedor do Serviço "A" pelo fato da realização dos trabalhos de avaliação patrimonial de engenharia com profissionais sem as atribuições profissionais, sem prejuízo ao ressarcimento dos valores a serem apurados dos serviços parcialmente não realizados.

5 - A interposição das medidas judiciais cabíveis civil e criminalmente em face dos membros da Comissão de Coordenação para supervisionar a avaliação e venda das ações do Banestado, constituída através do Decreto Estadual nº 1.732, de 12.01.2000 por: Giovani Gionédís, secretário de Estado da Fazenda - presidente; José Evangelista de Souza, vice-presidente e diretor de privatização do Banestado; Hermínio Paiva de Castro, assessor da Secretaria de Estado da Fazenda; Waldemar Dante Borgaro, diretor-financeiro do Banestado; Márcia Carla

Pereira Ribeiro, procuradora do Estado; e, Lúcia Paula Cordeiro do Rego Barros Biscaia, assessora jurídica da Secretaria de Estado da Fazenda - pela omissão, negligência e em especial, sobre a não-execução das atividades designadas, que é da avaliação dos trabalhos licitados.

6 - Em relação às contas CC-5, recomenda-se que sejam tomadas as medidas judiciais cabíveis em virtude de facilitação e instrumentalização de evasão de divisas e por gestão temerária em relação ao Sr. Manoel Campinha Garcia Cid, ex-presidente do Banestado, ao ex-diretor de Câmbio do Banestado à época, Sr. Aldo de Almeida Júnior, bem como ao Sr. Fausto Pereira de Lacerda Filho, também tendo cometido este último apologia ao crime, recomendando-se ainda o aprofundamento da investigação para averiguar outros possíveis responsáveis.

Todo esse esquema comprova que as irregularidades na área de câmbio estavam institucionalizadas, inclusive com outras situações como cobrança pink ou subfaturamento de exportação. Além das operações de créditos realizadas como se fossem câmbio às empresas Jabur Toyopar, Redram e Tucuman, operações realizadas quando do fechamento da agência do Banestado de Grand Cayman, onde o prejuízo do Banestado foi integral totalizando mais de US\$3,5 milhões. Em todos esses casos recomenda-se a denúncia de todos os responsáveis pela realização dos mesmos, bem como de outras pessoas que se beneficiaram das irregularidades cometidas.

Ressalte-se que estas recomendações não refletem o total das constantes do relatório. E tratam-se de sugestões para o auxílio dos órgãos competentes, sendo que os membros desta Comissão e seu corpo técnico podem ser consultados para o auxílio de qualquer esclarecimento que for necessário.

Juntamente com o relatório impresso em CD, está sendo encaminhado uma comunicação informando que os anexos, que somam mais de 80.000 páginas, serão encaminhados o mais breve possível aos órgãos afins, na medida de suas competências.

CASO GOLDMANN SACHS/RIO PARANÁ E OS INDÍCIOS DE VAZAMENTO DE INFORMAÇÕES PRIVILEGIADAS

Grande parte dos débitos de operações desastrosas e outras ingerências ocorridas no Banestado foram assumidos pelo Estado, apropriadas como prejuízo, ao passo que para sanear o Banco teve que realizar a integralização de capital.

A maior parte das operações ainda não foi paga pelos devedores “beneficiados”, sendo que parte delas encontra-se na Agência de Fomento, e tratam-se de operações de difícil liquidação ou recebimento, e o restante foi repassado ao Banco Itaú, adquirente do Banco do Estado do Paraná – Banestado e empresas do Conglomerado, cuja avaliação e apreciação dos mesmos também encontram-se em processo de análise por esta CPI.

A Comissão, através das várias sessões públicas que realizou, descobriu que os créditos mencionados e adquiridos pelo Banco Itaú quando da compra do Banco do Estado do Paraná, foram repassados através de uma cessão de crédito à empresa Rio Paraná Securitizadora de Créditos Ltda., cuja fotocópia encontra-se em anexo.

Ressalte-se que a empresa Rio Paraná, que adquiriu os ditos títulos “podres”, é subsidiária do Banco norte-americano Goldmann Sachs, que teve acesso ao data-room quando da Privatização do Banestado, e que fez uma avaliação do Banco do Estado do Paraná por solicitação do Itaú.

Inclusive, é mister se destacar que há fortíssimos indícios de que a Goldmann Sachs teria recebido informações privilegiadas do Banestado, o que se corrobora pelo fato de haver manifestado, mesmo antes do leilão de privatização, que tinha interesse na aquisição dos créditos considerados “podres”. Revela-se, numa análise simplista, que tais créditos não eram tão ruins como se apregoava.

Num breve histórico sobre o tema, podemos inicialmente explicitar que, quando foi habilitado a participar do data-room, o Banco Itaú contratou um grupo de consultores para que avaliassem o Banestado, promovendo uma perfeita radiografia. O presidente do Banco Itaú, Roberto Egydio Setúbal, em Sessão desta CPI no dia 07 de agosto próximo passado, conforme consta das notas taquigráficas em anexou, afirmou:

“Essa avaliação é bastante complexa e procuramos usar vários assessores. Evidentemente, nós temos as nossas equipes internas que fazem essa análise da documentação, mas isso não é suficiente (...) Então, entre as empresas contratadas por nós estavam a Goldmann Sachs; a Merry & Linch, o Planoconsult, que é um escritório que faz avaliação de imóveis; a Towers e a Mercer que fazem análise dos planos atuariais. (...) A Goldmann Sachs foi um desses assessores, teve acesso ao banco de dados disponibilizados para todos os interessados, para todos os investidores qualificados. A Goldmann Sachs como um assessor nosso e como todos esses outros, tiveram acesso também a esse mesmo banco de dados, à documentação e nos auxiliou na avaliação da carteira de crédito “podre”, ou seja, aquela carteira de crédito que já não estava mais pagando juros, não estava mais no balanço do Banco, mas que havia alguma perspectiva de recuperação. Goldmann Sachs é uma empresa especializada nesse tipo de avaliação e especializada nessa atividade de cobrança de créditos “podres” e nós entendemos que ela seria uma boa assessora para nos auxiliar na avaliação daqueles créditos e o contratamos para que fizesse uma avaliação.” (págs. 12 a 14 das notas) Grifos nossos.

Mais adiante, quando Roberto Egydio Setúbal foi indagado sobre o fato de a Goldmann Sachs ter tido preferência na compra desses créditos de difícil recuperação, comentou sobre um acordo feito nesse sentido:

“(…) Num momento subsequente, como falei, a Goldman Sachs é uma empresa especializada na avaliação e na atividade de cobrança de créditos “podres”, portanto, ela tem capacidade de nos fazer uma proposta de quanto aquilo pode valer. Nesse sentido, numa etapa subsequente, depois do leilão de privatização, ela nos fez uma proposta de comprar aquilo e ela se responsabilizar pela cobrança, ou seja, aqueles ativos, aqueles créditos, nesse valor que o senhor mencionou, foram cedidos à Goldman Sachs que pagou um preço por isso, se não me engano foi algo próximo de 2% do valor. Como são créditos “podres”, evidentemente, não valem o valor daquele contrato original, (...) Então a Goldman Sachs nos fez uma proposta de que compraria, se não tínhamos competência e especialidade para cobrar créditos “podres”. Naquele montante, entendemos que era uma boa oportunidade para o Banco.” (pág. 15)

Ainda com relação a este assunto, foi dada a palavra ao advogado do Banco Itaú, Octávio Aldo Ronco, o qual explicou como foi feito o credenciamento da Goldman Sachs no data-room :

“A Goldman Sachs nos entregou nomes, a gente fez credenciamento oficial deles, como a gente faz com os próprios assessores no próprio data room, eles olharam o data room fizeram a análise, da mesma forma que as outras empresas também. (...) eu próprio credenciei cada um deles oficialmente junto ao próprio data room (...)” (pág. 16)

Em um dado momento o presidente do Banco Itaú:

“A Goldman Sachs, quando ela fez a avaliação, ela pleiteou e nós concordamos que ela poderia vir a ser, se nós viéssemos a ser o vencedor do leilão de privatização ela gostaria de ter a oportunidade de concorrer, se nós fôssemos vender a carteira de créditos (...) essa carteira que foi avaliada em 2% (...) a Rio Paraná é uma subsidiária da Goldman Sack's ” (págs. 18 a 19)

Existem fortes indícios de que os títulos mencionados não eram tão “podres” assim. O interesse imediato da Goldman Sachs na carteira, demonstra que poderia auferir um lucro elevado, como está ocorrendo.

Através de um relatório de auditoria, a CPI tomou conhecimento de um grave caso de prejuízo ao erário, relacionado à empresa Fortuna Assessoria de Crédito e Cobrança Ltda.

Essa empresa contraiu em 19.03.99, empréstimos em conta corrente e créditos diretos ao consumidor junto ao Banestado. O primeiro, de nº 1.991.338-7, no valor de R\$ 980.000,00, foi lançado para crédito em liquidação (CL) somente em 31.10.2000, pelo valor de R\$ 1.447.701,58. O segundo, de nº 1.991.402-6 de R\$ 710.000,00, também foi lançado em crédito em liquidação (CL) no dia 31.10.2000, pelo valor de R\$ 1.064.627,71.

Os contratos firmados com o Banestado em 19.03.1999, nunca foram honrados, sendo lançados em CL com mais de 580 dias de atraso, curiosamente após a privatização do Banco do Estado do Paraná.

Pelo acordo judicial que acabou se aperfeiçoando nos Autos nº 21.927 da 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, o débito da Fortuna que chegava aos R\$ 2.512.329,29, foi quitado por R\$ 830.000,00, numa simulação de flagrante lesão ao erário público, na medida em que o Estado foi obrigado, pelo acordo de Saneamento - Resolução do Senado Federal nº 098/98 -, a monetizar o valor total dos créditos em liquidação, da ordem de R\$ 1,2 bilhão.

O Governo do Estado assumiu o prejuízo das operações em CL, como era o caso da Fortuna. Este valor de R\$ 2,5 milhões está compondo o parcelamento de R\$ 47 milhões que todos os meses vêm sendo pago.

Esta CPI acredita que foi proposital a inércia da instituição Banestado em cobrar alguns créditos em detrimento de outros. Por isso deverão ser passíveis de responsabilização aqueles que lesaram efetivamente o erário público em decorrência dessas situações.

Percebe-se que pode neste contexto ter havido uma simulação para que o débito fosse transferido à Rio Paraná. Isso configura prejuízo aos cofres públicos, pois, ao que tudo indica, algumas empresas aguardaram a aquisição dos créditos pela Goldman Sachs – Rio Paraná, para que fosse efetivada uma negociação altamente atrativa para estes.

Foi possivelmente uma orquestração promovida pelos Governos Federal e Estadual à época, Diretorias do Banestado e do Banco Central, que simplesmente se omitiram e deixaram que os créditos fossem transferidos para CL. Pelas resoluções do Bacen, o crédito em atraso deveria ter sido transferido para crédito em liquidação em 30 dias, e não em 587 dias como no caso da Fortuna, e quantas outras mais?

E a empresa Rio Paraná, que hoje já alterou a razão social para Rio Potiguar, comprou os créditos por 2% do valor. Neste caso específico da Fortuna, a Rio Paraná, frise-se, subsidiária da Goldman Sachs, pagou ao Itaú R\$ 50.246,60 pelo crédito, e recebeu R\$ 830.000,00. A empresa Rio Paraná lucrou. Para a Fortuna, foi um ótimo negócio, pois nem mesmo o capital inicial emprestado pelo Banco acabou sendo pago, ou seja, a Fortuna fez jus ao nome, pois de R\$ 1.690.000,00, pagou rigorosamente a metade, e como empresa do mercado de factoring, deve ter lucrado muito com os arrendamentos promovidos.

Ressalte-se mais uma vez que a origem deste “esquema” encontra-se no fato de que todos os Bancos interessados na compra do Banestado tiveram as informações sobre o mesmo, através de uma sala de dados (data room) com regras rígidas de acesso e de número de profissionais limitados de cada Banco, que deveriam se cadastrar previamente.

Nessa sala eram estudados os documentos e solicitadas mais informações, que deveriam ser prestadas em igualdade de condições a cada Banco interessado. Sendo que, informações de sigilo bancário não poderiam sair da sala ou serem copiadas em meio magnético (disquete, CD) pelos Bancos que participariam do leilão, tudo isso

para que fosse assegurada a igualdade de condições na análise das informações pelos concorrentes, evitando-se vantagens ou informações privilegiadas a alguns dos Bancos interessados.

Contudo, a CPI recebeu cópia de correspondência entre o Itaú e o Banco Goldman Sachs, que mostrou o seguinte:

1. no dia 19 de setembro, a Goldman Sachs encaminha carta ao Banco Itaú S. A , então candidato à compra do Banestado, em que se propõe a examinar uma carteira de R\$ 1.200.000.000,00, existente, segundo a carta, no Banestado;

2. nessa correspondência chamada de “Carta-Acordo” o Goldman Sachs solicita ao Itaú que, valendo-se de sua condição de habilitado a participar do futuro leilão de privatização, facilite-lhe o exame de aludida carteira de crédito de difícil recuperação, com a finalidade de estabelecer base para proposta de compra;

3. a Goldman Sachs se esforçará, conforme o teor da correspondência, para completar a análise e submeter ao Itaú os termos da transação o mais tardar dia 9 de outubro de 2000 e oito dias antes da data da concorrência.

Portanto, configura-se que o Itaú repassou para análise e relatório da Goldman Sachs uma amostra da Carteira de Crédito do Banestado. Será que isso foi permitido aos demais Bancos interessados? Quem repassou ao Itaú essas informações? Qual a legalidade desse procedimento, já que eram informações de sigilo bancário e que foi realizada análise fora da sala de dados, portanto em desacordo com os termos do leilão, o que poderá indicar, já que a correspondência foi intitulada como “confidencial”, que houve vazamento de informações privilegiadas ao Itaú, e que este obteve análise de operações a que os outros não tiveram acesso?

Mais uma vez o Estado do Paraná restou prejudicado.

Ressalte-se, ilustrativamente, que no caso mencionado, o avalista das operações era o Sr. João Elísio Ferraz de Campos, à época presidente do PFL, partido do então governador Jaime Lerner.

Em vista de o Banco do Estado do Paraná ser, antes da privatização, uma instituição de economia mista e por consequência administrado pelo Governo do Estado, e pelo fato de esta Comissão ter a função precípua de defender os interesses da população paranaense.

Toda esta exposição foi feita ao Juízo da 2ª Vara Criminal Federal de Curitiba, o qual, na pessoa do juiz Sérgio Moro, deferiu pedido de quebra do sigilo bancário das operações adquiridas pela Rio Paraná determinando que: *“em 30 (trinta) dias, a relação dos créditos cedidos pelo Banestado (Itaú), a ela e informação a respeito da situação atual dos referidos créditos, incluindo informações se houve ou não quitação, total e parcial, e, se positivo, a data respectiva.”*

Porém a Rio Paraná, conforme restará demonstrado, levou 3 meses para cumprir a ordem judicial.

No dia 18 de setembro de 2003, em conformidade com a decisão proferida, a CPI encaminhou o Ofício nº 139/03 – CPI/BEP, com a cópia autenticada da decisão em anexo.

Em 15/10/03, foi entregue pela empresa Rio Paraná, detentora dos créditos que se obteve a quebra de sigilo bancário, uma relação na qual constava tão somente o nome do devedor, a situação do débito, se quitado ou em aberto, e a data desta situação, sem seus respectivos valores.

Nessa mesma data esta CPI requereu ao Juízo da 2ª Vara Federal Criminal, para que fosse determinado o fiel cumprimento à decisão, ou seja, **forneendo os nomes dos devedores aliados aos valores dos créditos originários através da cessão de crédito do Banco Itaú, individualmente, bem como dos valores já pagos, seja total ou parcialmente.**

Mais uma vez a Rio Paraná não cumpriu com as determinações. Em 05 de novembro foram encaminhados, 6 (seis) volumes com informações sobre operações de crédito registradas em Créditos em Liquidação – CL, relativos a créditos de difícil recuperação registrados no Banco Itaú S/A, no valor de R\$ 577 milhões, alienados à empresa Rio Paraná S/A por R\$ 12 milhões.

Ressalte-se que os relatórios não permitiam identificar os respectivos devedores, além de não totalizarem os valores originais, saldos e valores recebidos.

Foi reiterado no dia 07 de novembro o encaminhamento de informações pormenorizadas de cada devedor, contendo: a) nome, b) saldo original, c) saldo atual, d) valor recebido e, e) respectivos totais para cada um dos itens (“b”, “c” e “d” retro), permitindo, dessa forma, que a CPI tenha informações completas sobre a situação de cada devedor, permitindo o cruzamento das informações em **CD-room em arquivo Excel, com vistas à facilitação das análises.**

Porém, quando a CPI recebeu a referida mídia, os técnicos tentaram, sem sucesso, executar o arquivo, que **não era em formato Excel, como requerido.**

Verificou-se, em verdade, tratar-se de arquivo com extensão .pdf, ou seja, originário do software Adobe Photoshop, que, de maneira bem simplista, trata-se de uma “fotografia” da planilha, e ainda com falta de algumas informações, sendo que foram “pulados” alguns registros, conforme denota-se da numeração sequencial.

Com isso, a Rio Paraná retardou os trabalhos da CPI, pois o arquivo remetido, da forma como o foi, impede qualquer reordenação por ordem alfabética, totalização de valores, emissão de relatórios pormenorizados com a separação daqueles clientes que já quitaram seus débitos de outros que ainda não o fizeram, bem como a inclusão dos dados no Relatório Final.

Somente em 24 de novembro de 2003, quando os atos praticados pela Rio Paraná, até então não entregando a documentação requerida, revestiram-se de flagrante desobediência à CPI e ordem judicial, e, notadamente, pode se tratar de um artifício para encobrir algum inter-

esse escuso de parte da referida empresa em dificultar os trabalhos da Comissão.

Ressalte-se, mais uma vez, que o fato de a Rio Paraná furta-se de entregar os dados da maneira como solicitado, levanta suspeitas de que, no aprofundamento das investigações, poderão ser encontradas irregularidades.

Numa análise por amostragem, efetuada no arquivo enviado pela Rio Paraná, a CPI constatou discrepâncias nos valores recebidos com o saldo devedor originário, conforme era esperado.

Os valores originários foram compensados como prejuízo pelo Banestado, e refletem-se nos R\$ 47 milhões que todos os meses o Estado é obrigado a pagar, relativos ao empréstimo de R\$ 5,6 bilhões tomados por ocasião do saneamento.

Verificou a CPI que em média a quitação dos débitos se deu por valores equivalentes a 10% dos débitos originários, relativamente aos maiores créditos. Quanto aos menores devedores, conforme será demonstrado adiante, o tratamento era outro.

Outrossim, é bom lembrar que os advogados do Banestado, que não agiram de forma eficiente na cobrança dos créditos, contudo hoje laboram para a Rio Paraná.

Ressalte-se, como já referido em capítulo próprio, os advogados também auxiliaram na escolha dos créditos que foram encaminhados tanto para a Agência de Fomento como para o Banco Itaú.

Evidencia-se que o Estado sofreu prejuízo patente tendo em vista que na planilha acima verifica-se que do valor total transferido à Rio Paraná, relativamente às operações selecionadas, menos de 10% foi cobrado, mas o valor total foi trazido a prejuízo dentro do Banco.

Logicamente não cabe à CPI ingerências nos critérios de descontos praticados pela Rio Paraná. O que cabe à CPI é lutar em defesa do patrimônio público que lesado, tendo em vista que os valores originários foram levados a prejuízo dentro do Banco. Ademais, há fortes indícios de que, criminosamente, essas operações tenham sido conduzidas no tempo, sem qualquer tipo de execução judicial, para que chegassem à Rio Paraná e fossem quitadas com descontos inaceitáveis.

Deve ser investigada com maior profundidade, a atuação da Rio Paraná em todo esse processo espúrio, para que se configure a responsabilidade dos seus sócios, sendo um deles GS Financial, curiosamente no mesmo endereço da Goldman Sachs, que avaliou essa carteira no data room, quando do processo de privatização.

Ressalte-se que os agricultores da cidade de Contenda, na Região Metropolitana de Curitiba, fizeram levante contra essa situação, tendo inclusive denunciado ameaças de morte de funcionários da Rio Paraná que estão cobrando as dívidas, evidenciando tratamento diametralmente oposto ao dado aos grandes devedores.

No CD recebido da empresa Rio Paraná, após decisão judicial neste sentido, verifica-se o tratamento

dispensado aos pequenos devedores. Numa amostragem de algumas operações selecionadas, de um total de R\$ 53.057,56 (cinquenta e três mil e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos) em créditos, os devedores pagaram R\$ 60.231,58 (sessenta mil, duzentos e trinta e um reais e cinquenta e oito centavos).

No mesmo CD identificou-se em amostragem de algumas operações selecionadas que nomes de empresas tradicionais no mercado ou mesmo com possível envolvimento e interveniência para que os créditos fossem compensados como prejuízo de forma ardilosa, as referidas operações foram quitadas por valores em média de menos de 10% das dívidas.

Com a análise por amostragem efetuada pela CPI, e, comparando-se as duas planilhas, a primeira dos grandes devedores e a segunda dos pequenos devedores, forçoso é concluir que mais uma vez, o poder econômico falou mais alto, e os poderosos se beneficiaram mais uma vez do Poder Público.

As informações sobre o nome das empresas selecionadas é sigilosa e encontra-se junto aos anexos somente para manuseio do Ministério Público e 2ª Vara Criminal Federal de Curitiba, por solicitação do Dr. Sérgio Moro em decisão judicial. Foram mantidas em sigilo as informações tendo em vista carecerem de aprofundamento as investigações, no que tange os fortes indícios trazidos neste relatório.

Se confirmada a ligação entre a escolha dos créditos em prejuízo ao erário público, sugere-se que sejam tomadas as medidas cabíveis civil e criminalmente contra os mentores das irregularidades e de todos os beneficiários que enriqueceram ilícitamente.

Minha vida sempre foi calcada por desafios.

Esta CPI, sem sombra de dúvidas, foi o maior desafio que já vivenciei até hoje.

Estou em meu primeiro mandato como deputado estadual, mas a experiência conquistada do trabalho árduo e penoso de delegado de polícia, onde o principal desafio era o de retornar com vida para casa ao final de mais um dia de labuta, fez com que eu pudesse desempenhar o que acredito ser o melhor trabalho que já realizei.

Gostaria, antes de iniciar o meu relato, de agradecer a forma cordial e respeitosa com a qual os demais deputados da Comissão me receberam quando de minha chegada. Nosso relacionamento foi marcado pela confiança e pela credibilidade. Mais uma vez, meu muito obrigado.

O relatório que elaborei e que já foi aprovado na CPI, e que agora passo a tornar público, elencou os principais fatores que levaram ao deperecimento patrimonial do Conglomerado Banestado.

Um Banco com 72 anos de história sucumbiu em apenas 4 anos.

Tudo que detalharei de ora em diante está embasado em relatórios do Banco Central do Brasil e em extensivos exames realizados pela Comissão Parlamentar de

Inquérito, em documentos, auditorias internas, externas, relatórios dos avaliadores do Banco, inspeções *in loco*, perícias, além de outros procedimentos julgados adequados nas circunstâncias.

Conforme consta do relatório do Banco Central do Brasil (PT nº 0001019622, de 04.05.2000), o Conglomerado Banestado operou sem maiores preocupações em relação:

- a) à qualidade de seus devedores;
- b) às exigências da boa técnica bancária na concessão de crédito;
- c) ao controle efetivo de seus custos operacionais;
- d) às providências de cobrança e recuperação de créditos problemáticos.

Com a implantação do Plano Real, as instituições financeiras perderam os ganhos inflacionários proporcionados pelos depósitos à vista, e para manter resultados satisfatórios tiveram que aumentar a sua eficiência em operações de intermediação financeira.

Sem atentar para as mudanças no mercado financeiro, o Banestado manteve-se na mesma postura gerencial equivocada, provocando um agravamento na sua já complicada situação patrimonial. Preocupado com essa tendência, em 27/12/1994, o Banco Central firmou Termo de Comparecimento com o Banestado manifestando a apreensão daquela Autarquia com a redução dos níveis de liquidez do Conglomerado Banestado, recomendando cuidado especial no gerenciamento da Instituição.

Para atender o alerta do Banco Central e tentando evitar que esse posicionamento viesse a comprometer a situação patrimonial das empresas, o governador do Estado apresentou, no início de 1995, plano de diretrizes e metas ao Banco Central (fl. 46 a 48 do PT referenciado), que contemplava, entre outras, as seguintes providências:

- a) aumento do capital social do Banestado;
- b) alienação da Reflorestadora e do Banco Del Paraná;
- c) intensificação da cobrança e da recuperação de créditos perdidos;
- d) redução da estrutura administrativa;
- e) adequação da estrutura de operações aos prazos e taxas de captação.

Apenas algumas dessas medidas foram implementadas e ainda assim de forma incipiente, concluiu o Bacen, e sem o rigor que o momento requeria, observando que a cada semestre os resultados minguavam, consequência de operações mal deferidas, da falta de empenho na cobrança dos créditos e da manutenção do elevado custo administrativo do Conglomerado.

Os demonstrativos contábeis correspondentes não vinham retratando adequadamente essa degradação, mascarada por procedimentos adotados pelo Conglomerado, tais como, renegociações meramente protelatórias e rolagens de créditos.

Assim, o Banco Central, em vista da resistência do Grupo Banestado em reconhecer contabilmente a situação

de suas operações, identificada pelo descumprimento de várias correspondências determinando o atendimento aos dispositivos da Resolução 1748, convocou a diretoria da Banestado Leasing, em 31.10.96 e do Banco Banestado, em 30.12.96, para firmar Termos de Comparecimento onde foi exigida a correta classificação e provisionamento dos casos apurados, o que, por consequência, faria com que os balanços respectivos passassem a retratar adequadamente a real situação patrimonial e financeira do Conglomerado.

Senhoras e Senhores.

Mesmo com a consciência de que os problemas do Conglomerado eram bastante graves, não foram adotados programas ortodoxos de redução de despesas ou procedimentos mais austeros para deferimento e cobrança de operações de crédito.

Em setembro de 1997, o Governo do Estado do Paraná em vista da necessidade do equacionamento dos gastos públicos e reconhecendo a delicada situação patrimonial do Conglomerado, firmou o Protocolo de Acordo com o Governo Federal estabelecendo o programa de reestruturação e de ajuste fiscal de longo prazo, no qual, uma das medidas, era a disponibilização de recursos para capitalização do Banestado, visando a promover seu saneamento financeiro.

Como resultado da Inspeção Global Consolidada - IGC (data-base 31.08.97), o Banco Central apurou necessidade de ajustes no valor de R\$ 1,8 bilhão, que, uma vez realizados, reduziriam o Patrimônio Líquido do Conglomerado a R\$ 1,4 bilhão negativo, cientificando os dirigentes da situação por intermédio de Termo de Comparecimento, firmado em 19.12.97 e exigindo o imediato aporte de capital para restabelecer os níveis mínimos de capital das empresas do grupo.

Devido ao grande volume de recursos necessários, o Estado abdicou da hipótese do saneamento e decidiu pela privatização do Conglomerado, o que obrigou a uma revisão dos ajustes apurados na IGC dentro de critérios muito mais conservadores, apurando, assim, a necessidade de um total de R\$ 4,1 bilhões para o saneamento, conforme detalhado no quadro a seguir:

ITENS	R\$ MIL 31.03.98
Títulos e Valores Mobiliários	30.982
- TRF - Outros (Securitização Proagro)	9.478
- TRF - Securitização Crédito Rural	21.504
Relações Interfinanceiras	148.475
- SFH - Glosas (Provisões)	7.915
- FCVS Habilitado (SFH)	140.528
Crédito Rural - Proagro a receber	32

Operações de Crédito / Arrendamento Mercantil / ACC	865.433
- Provisões Banestado Leasing (1.748/90)	27.067
- Leasing - Outros Créditos	36.985
- Provisões Operações (1.748/90)	370.203
- Provisões Operações Ilíquidas	425.916
- Financiamentos Rurais e Agroindustriais	5.262
Financiamentos Imobiliários	210.617
- FCVS Embutidos na Carteira	177.005
- Saldo Remanescente Carteira (FCVS)	33.612
Outros Créditos	1.354.799
- Securitização Crédito Rural (sem títulos)	48.878
- Créditos por Avais e Fianças Honrados	1.624
- Crédito Tributário	333.125
- Devedores por Compra de Valores e Bens	7.691
- FDE - CDI Badep	136.723
- FDE - Cessão de Crédito Operação Cocelpa	62.231
- FDE - Cessão Crédito Operação Atalla	28.134
- FDE - Carteira de Fomento	600.000
- FDE - Reflorestadora	98.259
- Bens não de Uso Próprio	36.552
- Despesas Antecipadas / Material em Estoque	1.582
PERMANENTE	6.827
- Diferido	6.827
Passivos Contingentes	7.558
- Reversões Indevidas	7.558
Outros	1.125.309
- Recursos PDV	100.000
- Recursos Funbep (Déficit Técnico)	252.983
- Recursos Funbep (Retirada Patrocínio)	294.288
- Recomposição do PL (para atingir R\$ 400 milhões)	478.038
Total para Financiamento	3.750.000
AQUISIÇÃO PELO ESTADO DE TÍTULOS / PRECATÓRIOS	350.000
Total de Recursos para Privatização	4.100.000

As operações de crédito mal realizadas também provocaram a quebra do Banco.

No exame das operações de crédito de 162 clientes do Banco do Estado do Paraná, o Bacen identificou 738 irregularidades em 525 operações, ficando caracterizado que, dos negócios com esses clientes, 93% apresentaram algum tipo de irregularidade, desde falha de concessão até ineficiência na cobrança, passando por renegociações irregulares e falta de registro em rubricas de Créditos em Liquidação. Dessa amostra, 61% dos contratos examinados, correspondentes a R\$ 1,1 bilhão, apresentavam irregularidades tais como: crédito mal concedido, concessão de descontos indevidos e recebimento de precatórios por conta de quitação de contratos.

Na Banestado Leasing, 76% das operações dos 59 clientes incluídos na amostra examinada, totalizando R\$ 49 milhões, apresentavam deficiências na sua concessão, além dos R\$ 865,4 milhões já considerados na apuração do total de R\$ 4,1 bilhões necessários para o saneamento total do Banestado. Além dos casos já citados durante os trabalhos de monitoramento apurou o Bacen outros casos de flagrante descumprimento de normas que demonstram o descaso do Banco com a qualidade de seus créditos e/ou com as normas que definem a boa técnica bancária, conforme detalhado a seguir:

Crédito no valor de R\$ 2 milhões à Insa Administração e Serviços Ltda. concedido em 27.08.1998, portanto após iniciados os procedimentos de saneamento e monitoramento do Banco Central, com taxa de 3,5% a.m. para uma empresa que, mesmo com as informações cadastrais defasadas, demonstrava claramente sua incapacidade para o pagamento do mútuo pretendido. Além disso, o empréstimo foi efetuado com garantia de aval, onde os avalistas, administradores da tomadora, já estavam com seus limites de risco tomados. Os recursos não se destinavam à tomadora e sim a clubes de futebol, dos quais os avalistas eram dirigentes. Na ocasião, o Banestado captava recursos junto ao Banco Central e CEF a taxas de 2,59% e 2,74% a.m., respectivamente, e que foram majoradas, já no mês de setembro para 3,65% e 3,88%, resultando em "spread" negativo na operação.

Empréstimos para o Grupo Atalla, devedor contumaz do Banestado, por intermédio de desconto de títulos a grande número de "laranjas" – empregados da Usina Central, empresa do Grupo. A afirmação do Banco Central prende-se ao fato dos recursos liberados originalmente serem carregados para a conta corrente da Usina ou de seus sócios. Posteriormente, os empréstimos foram concentrados em cinco devedores, todos sem a capacidade de pagamento necessária a suportar a liquidação dos contratos, atingindo um total de R\$ 4,3 milhões em outubro de 1998. O assunto foi detalhado no Pt. 9800901723.

Empréstimos a diretor, caracterizados pela existência, em algumas datas, de saldo devedor em conta corrente, procedimento vedado pela Lei 4.595/64. O assunto foi objeto de trabalho de aprofundamento pelo Bacen,

visando a identificar a propriedade da instauração de processo administrativo e comunicação ao Ministério público - Pt. 9900995463. Frisou o Bacen que situação semelhante foi verificada nos primeiros cinco meses do ano de 1993 (Pt. 9300232020), sendo efetuada a competente denúncia ao Ministério Público.

Abertura de um grande número de contas correntes de forma irregular com características de esquemas de lavagem de dinheiro (Pt 0001023189), com possível envolvimento direto de diretor do Banco.

Operações com recursos da Resolução 63 e eurobônus, também estão relacionadas como prejuízo.

Segundo a correspondência Audit-214/95, datada de 12/04/1995, no exame das 115 operações com recursos externos realizadas pelo Banestado (Resolução 63 e Eurobônus), no total de US\$ 26.385.500,00, foram constatadas as seguintes irregularidades:

a) inexistência ou não localização, pelo Banco, dos cadastros de 38 clientes, responsáveis por operações no valor de US\$ 6.307.500,00 (23,91 % do total);

b) deferimento de crédito a 20 clientes, no valor de US\$ 6.236.000,00 (23,63% do total), os quais apresentavam restrições cadastrais de acordo com as normas do Banco Central;

c) celebração de 80 contratos, no valor total de US\$ 12.229.500,00 (46,35% do valor total e 69,57% da quantidade total de contratos), sem amparo em parecer técnico que permitisse avaliar a situação econômico-financeira das empresas;

d) não confirmação de garantias reais em 3 contratos no total de US\$ 595.000,00 (2,25% do valor da carteira);

e) existência de ações de execução fiscal e/ou trabalhista de 26 dos clientes da carteira, cujas operações de crédito totalizam US\$ 7.930.000,00, representando riscos para o Banco uma vez que os autores das execuções têm preferência quando de uma eventual execução das garantias;

f) irregularidades na documentação de 59 contratos que totalizam US\$ 15.257.500,00, a exemplo das operações realizadas com os clientes:

Hermes Macedo S.A., US\$ 3.000.000,00 - empresa concordatária;

Soalço - Sociedade Algodoeira Paranaense, US\$ 1.100.000,00 - com certidões positivas de reclamações trabalhistas;

- Algocen - Algodoeira Centro Oeste Ltda., US\$ 700.000,00 - com cadastro incompleto e restrições em nome dos sócios.

Na operação da Hermes Macedo S.A., no valor de US\$ 3.000.000,00 realizada em 22/10/93, foi dispensada a exigência de certidões negativas conforme consta do despacho no processo com o seguinte teor: - *“Por tratar-se de empresa concordatária solicitamos a dispensa de certidões negativas, que face à situação da mesma serão impossíveis de serem emitidas”*.

Em 01/03/95 a carteira apresentava uma expressiva inadimplência global de 58,27%, dos quais, 14,59% já inscritos em Créditos em Liquidação.

Lamentavelmente não escapou empresa do Conglomerado sem a ocorrência de irregularidades. Na Banestado Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, na data-base dos ajustes, havia, na carteira de títulos da Banestado Corretora, concentração em letras financeiras estaduais, entre as quais as emitidas pelos Estados de Santa Catarina, Alagoas e Pernambuco e pelos municípios de Osasco e Guarulhos, cuja emissão foi considerada irregular pela CPI dos Precatórios do Senado Federal, resultado em perdas de R\$ 170 milhões.

Além da compra desses títulos, efetuadas diretamente, foram identificadas pelo Banco Central as seguintes irregularidades:

Financiamento, para a Essex DTVM LTDA., de LFTS's irregularmente emitidos pelo Estado de Alagoas, que em 22/05/1998, totalizavam R\$ 6.791.324,94. Em 01/06/1998 a Essex DTVM quitou o financiamento, que atualizado para aquela data totalizava R\$ 6.830.254,72, através de uma operação de **“cessão e transferência de direitos de posse”** de uma área situada na Cidade Industrial de Curitiba. Segundo o laudo de avaliação, datado de 25/05/98, o valor com liquidez do direito cedido era de R\$ 5.362.700,00, portanto inferior ao valor do financiamento quitado através da operação de cessão.

Ressalte-se que um diretor da Corretora à época, era sócio de empresas do Grupo Essex. Trata-se de Carlos Roberto Sebastiany, que deverá responder civil e criminalmente por isso.

Concessão de um empréstimo à Prefeitura Municipal de Londrina no valor de R\$ 12 milhões através de um contrato de compra e venda de opções, resultando em perdas para o Banestado. O empréstimo foi quitado pela Prefeitura mediante entrega de ações da Sercomtel, e como as referidas ações não estavam registradas no Ativo da Corretora pelo fato da operação ter sido transferida para prejuízo, não foram avaliados por ocasião da privatização. Tendo em vista que o valor das ações não foi considerado no preço de venda por ocasião da privatização, recomenda-se que seja ajuizada ação visando transferir a propriedade desses títulos para o Estado do Paraná, uma vez que os mesmos não foram objeto de negociação com o Banco Itáú.

Prejuízos em investimento em títulos emitidos por empresas privadas:

d.1) CDB e debêntures da Crefisul.

Em 2/04/98 a Banestado Corretora adquiriu CDB do Banco Crefisul no valor de R\$ 2.000.000,00, com vencimento para 22/04/1999. Referido Banco foi liquidado pelo Banco Central em 23/03/99, com prejuízo para a Corretora no valor de R\$ 2.535.419,63, valor esse que corresponde ao CDB atualizado até a data da liquidação do Crefisul. A Corretora adquiriu, também, debêntures de emissão da Crefisul Leasing, às quais por

ocasião da liquidação do Banco Crefisul resultaram em prejuízos no valor de R\$ 28.977.749,41.

Debêntures da Cidadela Trust Recebíveis S.A.

Prejuízo de R\$ 19,8 milhões, decorrente de aquisição de debêntures sem análise da viabilidade econômica e risco liquidez do investimento;

Debêntures da Teka Tecelagem Kuenhrich S.A.

Prejuízo de R\$ 8,5 milhões decorrente de aquisição de debêntures sem análise da viabilidade econômica e risco liquidez do investimento;

Financiamento da Dívida Mobiliária do Estado do Paraná

Conforme consta do relatório do Banco Central (PT 9900947545), em 31/12/1998 os títulos emitidos pelo Estado do Paraná totalizavam R\$ 621 milhões, e desse total, 94,6% estava nas carteiras próprias do Banestado e da Banestado Corretora (posição bancada e financiada).

Cita o relatório que: - *“A prática de a Corretora e o Banco terem servido de instrumento de captações do Governo do Estado gerou dificuldades para aquelas instituições na medida em que, de posse da titularidade dos títulos estaduais não conseguiam revendê-los a terceiros, criando necessidade de financiá-los junto às instituições financeiras no mercado, via CDI, CDB, RDB e operações compromissadas, entre outras formas de captação, pagando juros superiores aos rendimentos que os papéis ofereciam”*.

Segundo o Banco Central, pelo fato da taxa de captação do Banco ter sido superior à taxa de remuneração proporcionada pelos títulos emitidos pelo Estado, a sua manutenção na carteira própria financiada causou ao Conglomerado Banestado um prejuízo de R\$ 43,5 milhões, mesmo se considerado o lucro obtido na venda definitiva de parte dos referidos títulos. Desse prejuízo total, R\$ 14,1 milhões correspondem ao prejuízo da Corretora, apurado no período de 02/01/97 a 19/02/99.

Num capítulo à parte, tratamos também de um empréstimo concedido ao Estado do Paraná.

De acordo com o relatório do Banco Central, em 15/03/98 a Banestado Corretora, contrariando as normas legais vigentes, concedeu, de forma disfarçada e sem quaisquer garantias, um empréstimo ao Estado do Paraná no valor de R\$ 43,3 milhões.

O empréstimo materializou-se pela manutenção na carteira própria de títulos de renda fixa de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná - LFTPR vencidas em 15/03/98, resgatadas somente em 01/06/98 por R\$ 45,3 milhões, mediante troca por novos títulos cuja emissão foi autorizada pela Resolução nº 37 do Senado Federal, publicada no Diário Oficial da União em 21/05/98.

Aquisição de ações do Banestado junto aos Fundos de Investimento administrados pela Banestado CCTVM - Prejuízo R\$ 15,4 milhões.

De acordo com relatório do Banco Central (PT 9900957723), os fundos de investimento Curto Prazo e DI 60, administrados pela Banestado CCTVM, mantin-

ham em suas carteiras ações do Banco do Estado do Paraná e quotas do Fundo FCG, fundo esse com grande parte de seu ativo aplicado em ações do Banestado.

Por solicitação da Banestado Corretora de Seguros, em 30/06/99 a Banestado CCTVM adquiriu 2.218.942 ações preferências e 319.685 ações ordinárias do Banco do Estado do Paraná S.A., ambas a R\$ 5,63 por ação, além de 1.990.053,54793 cotas do Fundo FCG, lastreado em ações do Banestado, pelo preço de R\$ 2.220.112,12, totalizando a aquisição o valor de R\$ 16,7 milhões, valor esse pago pela Banestado CCTVM aos Fundos e debitado à Banestado Corretora de Seguros.

Em 02/07/99, através da correspondência BCSDIR-020/99, a Banestado Corretora de Seguros comunicou à Banestado CCTVM a não aceitação da compra das ações pelo preço de R\$ 5,63 por ação, alegando que a compra deveria ter sido feita após a capitalização dos recursos advindos do Bacen quando as ações seriam negociadas a preços inferiores.

Diante da negativa de pagamento, a Banestado CCTVM celebrou um Termo de Compromisso com a Banestado Corretora de Seguros no qual a Corretora de Seguros comprometeu-se a pagar, até 30/06/2000, a importância de R\$ 1.314.236,02, assumindo a Banestado CCTVM o prejuízo pela diferença de R\$ 15.418.346,11.

PREJUÍZO EM OPERAÇÕES DA AGÊNCIA GRAND CAYMAN

Concessão pela agência de Grand Cayman de crédito às empresas Redram Construtora de Obras Ltda., Tucuman Empreendimentos Ltda. e Jabur Toyopar Importação e Comércio de Veículos Ltda., no valor total de US\$ 3,5 milhões, sem garantias, com prejuízos para o Banestado da ordem de R\$ 10 milhões.

Referidas empresas não possuíam limite de risco aprovado, apresentavam restrições cadastrais, sendo que na data da contratação a Redram Construtora de Obras Ltda. e a Tucuman Empreendimentos Ltda. já possuíam pendências junto ao Banestado.

Em 22/01/99, o Banestado cedeu esses créditos, de forma definitiva, para o Trade and Commerce Bank, em Cayman, mediante *“cash collateral”*, isto é, garantia de depósito em dinheiro pelo Banestado, e dessa forma, passou da condição de credor para a condição de garantidor das operações de seus clientes. Como as operações não foram liquidadas pelos tomadores, o Trade and Commerce Bank executou as garantias, em prejuízo do Banestado.

Não houve formalização da garantia prestada pelo Banestado a seus clientes, bem como o Banco não ficou sub-rogado nos créditos cedidos, o que dificulta enormemente a cobrança judicial dos devedores pelas garantias honradas, por falta de amparo documental.

Em depoimento à CPI o Sr. Sérgio Fontoura Marder, diretor da Redram Construtora de Obras Ltda., alegou que tem condições e deseja pagar a conta, mas não sabe para quem pagar.

Também em depoimento à CPI, a Sra. Maria Cristina Ibraim Jabur, sócia-gerente da empresa Jabur Toyopar Importação e Comércio de Veículos Ltda., alegou desconhecer a existência do empréstimo e não saber quem o havia contratado. Entretanto, segundo comprovam os documentos da operação, tanto o contrato como a Nota Promissória foram assinados pela própria depoente na condição de representante legal e avalista da empresa, o que comprova que a Sra. Maria Cristina Ibraim Jabur não só sabia da existência da operação, mas foi ela própria quem a praticou, logo, não poderia alegar que não viu o contrato, não sabe quem o assinou, ou que não sabe se a empresa recebeu ou não os recursos.

Além disso, ela mesma determinou, por escrito, à Agência Grand Cayman do Banestado para que no dia da liberação os recursos fossem transferidos para as contas Syata Enterpriser, Beacon Hill Service, Shandong Wheihat Group e José Miguel Pinoti, todas em Bancos no exterior. Diante da argumentação do Deputado Bradock de que o Paraná precisa receber esse crédito, a Sra. Maria Cristina respondeu que – “*Não foi dada continuidade ao pagamento, porque não foi cobrado mais da minha empresa*”.

O Banestado também sucumbiu em face dos elevados juros pagos ao Banco Central e Caixa Econômica Federal.

Com a queda de captação dos depósitos a prazo e diante da necessidade de recursos para fazer face a suas necessidades de caixa, o Banestado passou a recorrer a partir de 1998 a empréstimos de assistência financeira de liquidez junto ao Banco Central e captações de CDI junto à Caixa Econômica Federal, encerrando o exercício de 1998 com captações da ordem de R\$ 2,3 bilhões. Os juros pagos pelo Banestado ao Banco Central e à CEF, de janeiro/98 a março/99 totalizaram R\$ 624,8 milhões.

As taxas cobradas pelas duas instituições eram punitivas, variando de 1,2 a 1,9 vezes a taxa média do CDI. Essas taxas evidenciam o objetivo de transferência de recursos do Estado do Paraná para as instituições federais, notadamente para a Caixa Econômica Federal, a qual utilizou-se dos depósitos interfinanceiros para obter lucros abusivos e assim fortalecer a sua situação patrimonial, em prejuízo do Banco do Estado do Paraná.

Assim, deve a União reembolsar o Estado do Paraná pelos juros cobrados a maior. O valor a reembolsar deve ser, no mínimo, o apurado pela aplicação da média das diferenças de taxa cobrada a maior, e corresponde a R\$ 221,7 milhões.

O valor acima calculado deve ser acrescido dos juros e correção monetária compatíveis com os encargos cobrados pela União nos recursos emprestados para saneamento do Banestado.

Ressalte-se que naquele momento a Caixa Econômica atravessava difícil situação, e o Banestado lhe serviu de socorro, ou seja, a União sangrou os cofres do Estado, sem dó nem piedade, para salvar uma instituição federal que atravessava problemas.

Não podemos nos olvidar da negligência na cobrança/execução dos devedores inadimplentes.

Em março/1998, os 130 maiores clientes devedores exigiam provisões complementares, nos termos da Resolução nº 1748/90, do Banco Central, da ordem de R\$ 123 milhões. As operações mal deferidas e que culminaram com um quadro grave de inadimplências concentraram-se nos anos de 1993 a 1996.

Desses 130 maiores devedores, apenas 34 estavam em execução, em renegociação ou suspensas, confirmando a negligência do Banco no processo de recuperação de seus créditos.

A provisão de toda a carteira atingia o volume de R\$ 370 milhões, sendo que os 130 maiores devedores representavam 33,20% dessas provisões, evidenciando que o Banco deveria ter concentrado seus esforços de recuperação nesse universo de devedores.

Observa-se também que o saldo devedor dos 50 maiores devedores de operações de leasing (já lançadas em prejuízo) totalizavam, em março/98, R\$ 73 milhões, representando 32% das provisões totais (R\$ 228 milhões). Tal qual ocorreu com a carteira comercial, o maior volume de operações geradoras de inadimplências se deu a partir de 1993.

A exemplo do Banco, a maior parte das operações ilíquidas da Banestado Leasing ocorreram no período de 1993 a 1996.

As operações novas/renegociadas sem atenção aos princípios da boa técnica bancária também influíram decisivamente na quebra do Banestado.

Segundo concluiu o Banco Central através do PT nº 9800901723, de 08.10.98, quando da realização de processo de monitoramento de operações de crédito com vistas a verificar o deferimento de operações novas e renegociadas, os contratos abaixo especificados estavam em desacordo com a Resolução nº 1559/88:

NOME	CONTRATO	VALOR R\$
Jayme Planas Navarro	1.863.131-4	2.270.000,00
Gerson Porto	1.896.648-0	450.000,00
João Batista Carnaval	1.896.621-9	450.000,00
Humberto E. Rodrigues	1.896.624-3	450.000,00
Marlene Nepomuceno	1.896.631-6	450.000,00
Cia. de Desenvolvimento São José dos Pinhais	1.898.108-3	4.200.000,00
Legião da Boa Vontade	1.892.652-6	1.000.000,00
Buettner S/A	1.897.440-8	1.000.000,00
Cooperativa Cafeicultores Mandaguari	1.899.199-1	720.000,00
Etsul Transportes	1.900.395-7	720.000,00
Madeiraira Miguel Forte	1.903.2775-0	550.000,00

Conclui o Bacen que todos esses contratos estavam em desacordo com a Resolução nº 1559/88, destacando que os 05 (cinco) primeiros (a, b, c, d, e) apresentavam irregularidades como a utilização de “laranjas” para realizar empréstimos a terceiros.

Durante o saneamento, o Estado ainda fez um empréstimo disfarçado. A CPI encontrou indícios de inclusão indevida de valores do Fundo de Desenvolvimento econômico - FDE no saneamento do Banestado.

A operação de crédito contratada pelo Estado do Paraná com a União para saneamento do Banestado contemplou o valor de R\$ 860.825.285,35, destinado à aquisição pelo Estado do Paraná da Carteira do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE junto ao Banco.

Entretanto, verifica-se que essa aquisição não faz sentido, uma vez que o FDE é uma “Rubrica Contábil” da Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, e portanto, seu patrimônio pertence ao Estado, tendo sido o Banestado mero administrador dos recursos do Fundo.

Assim, os valores liberados a título de aquisição do FDE pelo Governo Estadual não foram destinados ao saneamento do Banestado, mas sim, correspondem a empréstimos ao Estado do Paraná, sem vinculação específica, razão pela qual não poderiam ter sido incluídos no saneamento do Banestado.

Senhoras e senhores.

É com especial atenção de todos neste momento que quero fazer um desabafo. Quantas empresas, médias e pequenas, e que são as que realmente impulsionam nossa economia, fecharam as portas nos últimos dez anos.

Quer por falta de crédito, quer por inflexibilidade nas rolagens de dívidas, quer pela intolerância dos banqueiros, públicos ou privados, tem gente que até hoje, mesmo com as empresas falidas, está pagando as dívidas, sem dó nem piedade.

Contudo, senhoras e senhores, os grandes empresários, diria melhor, os mega empresários, estrangeiros, especialmente franceses e alemães, esses sim receberam o beneplácito do Governo do Estado.

Usando o Banestado, o governo anterior efetivou operações com a Renault do Brasil Automóveis S.A.

Através do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, concedeu vários financiamentos à Renault do Brasil Automóveis S. A. no valor total de R\$ 8.770.412,70, para pagamento no prazo de 10 (dez) anos contados da data da liberação dos créditos, pelo valor nominal, sem correção monetária, sem juros e sem quaisquer comissões ou encargos.

Como os financiamentos não contemplam a cobrança de juros ou quaisquer outros tipos de encargos, se descontados a taxa de 12% ao ano pelo prazo de vigência dos contratos, na data da sua concessão, os R\$ 8.770.412,70 resultam num valor presente de R\$ 2.823.838,16, o que significa dizer que do total liberado R\$ 5.946.574,54 correspondem a subsídio concedido gra-

tuitamente pelo FDE à Renault do Brasil Automóveis S.A., em prejuízo do Estado do Paraná.

Ressalte-se que a taxa de 12% utilizada no cálculo do valor presente é inferior à taxa de juros básicos da economia (Selic), atualmente de 19% ao ano, o que indica que o prejuízo para o Estado do Paraná foi maior que os R\$ 5.946.574,54 apurados.

Além dos empréstimos anteriormente citados, o FDE adquiriu participação de 40% no capital social da Renault, no valor de R\$ 136.208.470,00.

De acordo com o Contrato de Subscrição e Acordo de Acionistas, datado de 11 de julho de 1996, o FDE compromete-se a não alienar a participação societária por um período de 11 (onze) anos contados a partir daquela data. Qualquer negociação, mesmo após o término desse prazo, só poderá ser realizada com a autorização da Renault do Brasil, que segundo o acordo tem o direito de preferência para a aquisição das ações. Há que observar-se que a empresa beneficiária dos incentivos é de capital fechado, o que dificulta o acompanhamento de suas ações estratégicas.

Foram efetivadas operações de crédito com a Volkswagen do Brasil.

De forma semelhante aos financiamentos concedidos à Renault, o FDE concedeu financiamentos à Volkswagen do Brasil Ltda. no valor total de R\$ 137.030.396,00, para pagamento em parcela única no prazo de 26 (vinte e seis) anos contados da data da liberação da primeira parcela de recursos, pelo valor nominal, sem correção monetária, sem juros e sem quaisquer comissões ou encargos.

Como nos contratos com a Volkswagen do Brasil Ltda. o prazo é bem maior que nos financiamentos da Renault, os prejuízos para o Estado do Paraná foram proporcionalmente maiores em relação ao total dos recursos liberados.

Se aplicada a mesma taxa de desconto de 12% ao ano pelo prazo de vigência dos contratos, o valor presente dos R\$ 137.030.396,00 liberados, na data da sua concessão, equivale a apenas R\$ 7.196.947,31, o que significa que do total dos recursos liberados R\$ 129.833.448,69 correspondem a subsídio concedido à Volkswagen, em prejuízo do Estado do Paraná.

Aqui, cabe também ressaltar que a taxa de 12% utilizada no cálculo do valor presente é inferior à taxa Selic, e dessa forma, os prejuízos ao Estado do Paraná foram ainda maiores do que os R\$ 129.833.448,69 apurados.

Um fato inusitado, para não dizer grave, foi uma correspondência enviada pelo Exmº Sr. governador Jaime Lerner ao Banco Central do Brasil em 05 de janeiro de 1995, informava que o esforço de estabilização da economia brasileira vinha exigindo de todos os segmentos participação intensa e coerente para acelerar resultados e garantir os objetivos protagonizados. Informou que as providências e diretrizes que estava determinando, juntamente com a nova Diretoria do Conglomerado Banestado, visava aumentar sua solidez e eficiência.

O Conglomerado apresenta-se com uma situação favorável, mas que, com a necessidade de manutenção da política federal de austeridade monetária e o convívio com taxas de inflação próximas a zero, poderia sofrer sérias dificuldades se não fossem tomadas medidas urgentes de ajustamento.

Constou do referido instrumento encaminhado ao Bacen que o Governo do Estado tinha como necessidade e objetivo o uso do Conglomerado para acelerar o desenvolvimento da economia produtiva do setor privado, de forma a atender às novas escalas e produção, tendo em vista, tanto o desenvolvimento dos mercados internos como o Mercosul, e assim resolver o grave problema de desemprego e miséria constatado no Paraná.

Assim, observou o Governador, o Conglomerado faria parte de um conjunto instrumental de fomento e atração de investimentos, e não seria um mero Banco de propriedade estatal.

O plano de ajuste para o ano de 1995 tinha as seguintes diretrizes e metas:

Caixa

Reforçar a posição de caixa e estabelecer o casamento temporal de ativos e passivos, através de:

- aumento de capital;
- desmobilização da reflorestadora;
- desmobilização na área de seguros;
- desmobilização de bens não de uso;
- desmobilização dos investimentos no Banco Del

Paraná, substituindo-se por agências estratégicas na área do Mercosul e Chile;

- intensificação da cobrança;
- redução drástica das despesas com propaganda e publicidade e promoções, conforme determinado pelo Banco Central;

- revisão de contratos de locação, serviços, etc., além de austeras medidas de redução de custos operacionais, especialmente no que tange às despesas com pessoal; e

- redução da estrutura administrativa especialmente com a diminuição do número de Diretorias e da administração central de um modo geral.

Operacional

O sistema operacional seria reajustado com vistas à redução de riscos, custos e desperdícios, além da melhoria de resultados e da adequação técnica de ativos e passivos, com as seguintes providências:

- ampliação dos negócios, especialmente nas áreas de serviço rentáveis, aproveitando as estruturas existentes;
- reverter a estrutura das operações, compatibilizando os prazos de captação/aplicação;
- redirecionamento das operações de crédito comercial ampliando o atendimento às operações mercantis de curto prazo;
- estabelecer formalmente sistema de decisões colegiadas em todas as operações e em todos os níveis;
- evitar/reduzir a concentração de empréstimos setoriais e por cliente;

- aumento da produtividade por funcionário e início de implantação de um programa de qualidade total;

- reexaminar a estrutura do conglomerado, dentro do conceito de Banco múltiplo, especialmente visando a racionalização operacional e economias fiscais;

- readequar sua estrutura operacional tendo em vista as oportunidades e importância para o Paraná, do Mercosul e do Chile;

- examinar as possibilidades de intensificar a terceirização de serviços;

- manter a centralização dos recolhimentos do ICMS;

- adotar tarifas realistas inclusive a nível de governo;

- estabelecimento de dotações orçamentárias e pagamento pontual das responsabilidades do Governo do Estado; e

- designar para os cargos de direção pessoas com alta qualificação técnica, de reconhecida competência profissional e padrão ético.

Essas medidas, segundo as previsões do Governo do Estado teriam um impacto mínimo e provável, no exercício de 1995, de R\$ 100 milhões e R\$ 177 milhões, respectivamente.

Mas entre o que afirmado na teoria não se concretizou na prática.

Da comparação entre os compromissos firmados pelo governador do Estado com as ações efetivamente implantadas observa-se abissal descompasso. Conclui-se que o compromisso do Exmº Sr. governador do Estado tinha por objetivo tão-somente evitar a liquidação extrajudicial do Banco e não efetivamente resolver seus problemas.

No Relatório Anual de 1995, o senhor governador do Estado afirmou que *“os resultados do Banestado no exercício de 1995 revelam um Banco que, rapidamente, absorveu e dominou a nova realidade do mercado financeiro nacional. O lucro de mais de 40 milhões de reais no período reafirma a possibilidade de resultados crescentemente positivos em um Banco público. Com trabalho, determinação e seriedade, o Banestado superou e venceu os novos desafios da economia. Cresceram as captações, recuperaram-se créditos”*.

Observa-se total desconformidade entre a realidade e tal discurso, evidenciando infração ao artigo 10 da Lei nº 7.492/86, haja vista que o Relatório da Administração integra as demonstrações contábeis.

Nas palavras do presidente do Banestado, Sr. Domingos Tarço Murta Ramalho, constantes das demonstrações contábeis de 1995, *“... com seriedade, profissionalismo e credibilidade, o Banco conseguiu transpor todos os obstáculos, assumir a privilegiada posição de paradigma de eficiência entre os Bancos estatais e honrar a confiança depositada pelos clientes e por todo o povo do Paraná. A inadimplência era o grande desafio, e o caminho escolhido foi investir na renegociação dos créditos inadimplentes”*.

No mesmo relatório, item “desempenho operacional”, a administração do Banco faz constar que “a política operacional do Banco está voltada à pulverização na concessão de crédito, visando minimizar o risco, sendo direcionados os recursos às Operações de Crédito e Câmbio, equivalentes a 57,72% do Ativo, aos diversos segmentos produtivos, em especial às pequenas e médias empresas e à agroindústria”.

Fez constar ainda que “em consonância com a Resolução nº 2.099 (Acordo de Basiléia), o Banestado optou em apurar o Patrimônio Líquido de forma consolidada, apresentando uma Capacidade de Alavancagem Operacional Ponderada significativa, de 37,89% do Ativo Operacional Ponderado, demonstrando um bom grau de solidez e solvência”.

A desconformidade entre a realidade e as informações constantes das demonstrações contábeis evidenciam o “maquiamento” dessas demonstrações, tipificando a conduta no artigo 10, da Lei nº 7.492/86, que reza:

“Art. 10. Fazer inserir elemento falso ou omitir elemento exigido pela legislação, em demonstrativos contábeis de instituição financeira, seguradora ou instituição integrante do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários. Pena – Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa”.

Além disso, a divulgação dessas informações de forma a ludibriar ou omitir informações relevantes a seus usuários (Banco Central, CVM, investidores, etc.) resta também tipificada como falsidade ideológica, pois não revelavam a real situação patrimonial e financeira do Banco, situação esta que se manteve até sua alienação, infringindo-se ainda elementares princípios contábeis como o da transparência e da prudência.

Depois da farra com o dinheiro público, era hora de colocar o Banco à venda. Para isso foi aberto um edital de licitação para que empresas avaliassem o Banco.

O que se viu foram irregularidades na avaliação do Banestado.

A CPI concluiu que o avaliador cometeu grave erro ao avaliar as operações de crédito, pois no “Prospecto de Venda”, do Banco Fator, de agosto/2000, à pg. 70, informava que a Dirop – Diretoria de Operações havia lhes informado que os créditos a serem recuperados era de R\$ 2.772,7 milhões, na mesma data-base, resultando em que o avaliador ignorou os encargos já incorridos no valor de R\$ 1.381,1 milhões. O valor de R\$ 1.391,6 milhões referia-se somente ao principal, tendo como contrapartida as contas de rendas a apropriar (retificadora do ativo). No entanto, as rendas a apropriar já transcorridas segundo o regime de competência – e que teriam sido contabilizadas como receitas caso a operação estivesse em situação regular - deveriam ter sido adicionadas ao principal, pois dessa forma obter-se-ia o real valor dos créditos do Banco naquele momento (R\$ 2.772,7 milhões). Assim, o valor presente da carteira ao invés dos R\$ 131,8 milhões seria de R\$ 262.6 milhões,

resultando numa sub-avaliação da carteira de R\$ 130,8 milhões.

Além do grave erro anteriormente destacado, o ajuste a valor presente das operações de crédito (normais, em atraso, em crédito em liquidação e em CCP – baixadas para prejuízo) não se mostra razoável da forma como foi adotada, haja vista que cada operação tem seu prazo estimado de recebimento segundo estudos do Departamento Jurídico do Banco (fls. 06 a 26, item V, vol. II, relatório CCF Group), não sendo adequada a extensão da amostra para toda a carteira. Observa-se do trabalho que não se estabeleceu o prazo médio estimado para o recebimento de todos os créditos, critério este que forneceria informações mais corretas para ajustar a carteira ao valor presente. Acrescente-se ainda que a recuperação dos créditos se dá de forma diferenciada segundo os valores e classes de tomadores, características estas desconsideradas pelos avaliadores.

Senhoras e senhores.

O Banco Banestado S. A.. e seus ex-administradores, cujos nomes vou declinar, foram indiciados pelo Banco Central no Processo Administrativo PT 0001019626, de 04/05/2000, em razão da ocorrência das irregularidades verificadas entre 1985 e 1998, em relação à:

1. celebração de operações de crédito sem observância aos princípios gerais de garantia, seletividade, liquidez e diversificação de riscos, caracterizando o cometimento de infração grave na condução dos interesses da sociedade (Lei 4.595/64, artigo 44);

2. falta de provisão para perdas nas operações de crédito de retomo duvidoso, renovadas ou renegociadas (Resolução 1.748/90, artigo 9º, e Resolução 2.682/99, artigo 6º);

3. falta de provisão para perdas em operações de crédito de retomo duvidoso, caracterizadas em situação anormal e não-inscritas nas rubricas "Créditos em Atraso" e "Créditos em Liquidação" (Resolução 1.748/90, artigo 9º, e Resolução 2.682/99, artigo 6º);

4. apropriação indevida, como renda efetiva, dos encargos incorporados em renovações ou renegociações de operações de crédito de difícil ou duvidosa liquidação (Resolução 1.748/90, artigo 9º, e Resolução 2.682/99, artigo 6º);

5. concessão de desconto sobre o saldo devedor de operação de crédito, sem fundamentação técnica, constituindo-se em infração grave na condução dos interesses da Sociedade (Lei 4.595/64, artigo 44);

6. liquidação de operação de crédito por recebimento de bens ou direitos creditórios ilíquidos, sem fundamentação técnica, constituindo-se em infração grave na condução dos interesses da Sociedade (Lei 4.595/64, artigo 44);

7. publicação de demonstrações financeiras elaboradas em desacordo com as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, pela falta de suficiente provisão para perdas em

operações de crédito, configurando, ainda, prestação de informação inexata ao Banco Central (Circular 1.273/87, Cosif-11-2-7; Resolução 1.748/90, artigo 9º, e Resolução 2.682/99, artigo 6º).

Após o exercício de ampla defesa pelos indiciados, o Processo do Banco Central culminou na aplicação de penalidades de inabilitação para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência de instituições na área de fiscalização do Banco Central do Brasil, para os administradores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal citados a seguir:

Nome do Administrador ou Conselheiro	Prazo da Inabilitação
Alaor Alvim Pereira	19 (dezenove) anos
Aldo de Almeida Júnior	19 (dezenove) anos
Alfredo Sadi Prestes	19 (dezenove) anos
Cestílio Merlo	19 (dezenove) anos
Domingos Tarço Murta Ramalho	19 (dezenove) anos
Geraldo Molina	19 (dezenove) anos
Luiz Antônio de Camargo Fayet	19 (dezenove) anos
Manoel Campinha Garcia Cid	19 (dezenove) anos
Nilton Hirt Mariano	19 (dezenove) anos
Oswaldo Rodrigues Batata	19 (dezenove) anos
Sérgio Elói Druszc	19 (dezenove) anos
Élio Poletto Panato	16 (dezesesseis) anos
Gabriel Nunes Pires Neto	16 (dezesesseis) anos
Paulo Roberto Rocha Krüger	16 (dezesesseis) anos
Valmor Piccolo	16 (dezesesseis) anos
Wilson Mugnaini	16 (dezesesseis) anos
Arlei Mário Pinto de Lara	13 (treze) anos
Armando Falat	13 (treze) anos
Aroldo dos Santos Carneiro	13 (treze) anos
Jackson Ciro Sandrini	13 (treze) anos
José Carlos Galvão	13 (treze) anos
Luiz Frare	13 (treze) anos
Norton Macedo Correa	13 (treze) anos
Paulo Roberto Pereira de Souza	13 (treze) anos
Vilson Inácio Dietrich	13 (treze) anos
Walter Senhorinho	13 (treze) anos
Heitor Wallace Espínola de Mello e Silva	12 (doze) anos
João José Ballstaedt	12 (doze) anos
Pedro Geraldo	12 (doze) anos

Sérgio de Lima Conter	12 (doze) anos
Bento Tolentino	11 (onze) anos
Francisco Molinari Gonçalves	11 (onze) anos
Psulo Ricardo dos Santos	11 (onze) anos
Carlos Antonio de Almeida Ferreira	10 (dez) anos
Flávio D'Aquino	10 (dez) anos
José Tarcizo Falcão	10 (dez) anos
Mechel Woller	10 (dez) anos
Nicolau Elias Abagge	10 (dez) anos
Paulo César Fiates Furiatti	10 (dez) anos
Reinaldo Silva Peixoto	10 (dez) anos
Maria Myiuki Endo Ravedutti	3 (três) anos
Paulo Afonso Telck Schwartz	3 (três) anos
Paulo Janino Júnior	3 (três) anos
Sérgio Miguel de Souza	3 (três) anos
Acir Elói Pinto da Rocha	1 (um) ano
Alceu Guebert	1 (um) ano
Aristeu Cruz	1 (um) ano
Clodomir Silva Miranda	1 (um) ano
Geraldo Marques	1 (um) ano
Gustavo Rodolfo Schwartz Filho	1 (um) ano
José Agostinho Daros	1 (um) ano
José Sílvia de Oliveira Capucho	1 (um) ano
Kenji Iwamoto	1 (um) ano
Luiz Carlos Mega	1 (um) ano
Maurílio Leopoldo Schmidt	1 (um) ano
Nestor Celso Imthon Bueno	1 (um) ano
Rogério Koscianski	1 (um) ano
Tito Silka	1 (um) ano
Vilmar Xavier Pereira	1 (um) ano
Benjamin Hammerschmidt	1 (um) ano
Carlos Alberto Pereira de Oliveira	1 (um) ano
Celso da Costa Sabóia	1 (um) ano
Giovani Gionédis	1 (um) ano
Gláucio José Geara	1 (um) ano
Guntolf Van Kaik	1 (um) ano
Honório Petersen Hungria	1 (um) ano
José Roberto Vezozzo	1 (um) ano
Miguel Salomão	1 (um) ano

Reginaldo Abdalla Guimarães	1 (um) ano
Nelson Luiz Osório Zagonel	1 (um) ano
Rosaldo nascimento Fonseca	1 (um) ano
Valdemar José Cequinel	1 (um) ano
Vânio Luiz Tiboni	1 (um) ano

Ainda, no mesmo processo, o Banestado recebeu duas multas no valor total de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada uma.

Todos esses administradores se encaixam ainda nos tipos penais de gestão temerária e de gestão fraudulenta em alguns dos casos.

O Ministério Público vai ter muito trabalho pela frente.

No que se refere ao Câmbio e Operações Internacionais, através de correspondência dirigida ao Diretor vice-presidente Sr. Valmor Picollo, por este despachada à Audig em 22/09/96, o funcionário do Banestado Sr. Eraldo Pereira descreve minuciosamente as irregularidades praticadas pelo Banestado na área de câmbio.

Em resumo, as práticas irregulares eram as seguintes:

- a partir de maio/93, por determinação da Diretoria de Câmbio, em companhia da Sra. Rosemary C. Vianna passou a visitar todas as agências de cidades próximas (Campo Largo, Ponta Grossa, Litoral, etc.), com a finalidade de divulgar a Agência de Nova Iorque e a possibilidade de clientes das agências no Brasil abrirem contas em dólar naquela agência, orientando os gerentes que informassem que as contas em dólares gozavam de total sigilo, não havendo a possibilidade dos depósitos e aplicações nelas realizados chegarem ao conhecimento do Fisco ou do Banco Central;

- foram abertas dezenas de contas para funcionários do Banestado, inclusive para aposentados;

- as contas eram abertas mediante preenchimento de formulário específico e cópia de documento pessoal (R.G. ou passaporte), podendo ser utilizado nome fictício se o cliente assim o desejasse, e foram abertas dezenas de contas para funcionários do Banestado, inclusive para aposentados. No segundo semestre de 1993 houve um grande incremento na abertura de contas na agência Nova Iorque, e que por isso inúmeras vezes levou, pessoalmente, dólares de clientes para o depósito inicial nas contas abertas naquela agência, e quando as contas eram abertas em moeda nacional os cruzeiros eram trocados por dólares que eram remetidos para depósitos;

- a movimentação realizada nessas contas, por razões de sigilo, era controlada manualmente, não havendo nenhum sistema contábil de apoio, sendo que 90% dos negócios eram realizados via telefone;

- algumas contas com valores expressivos eram administradas pelos Srs. Odair e/ou Gilberto Machado os quais, com regularidade, movimentavam numerários de saques e remessas utilizando-se, inclusive, de valores que

estivessem custodiados no cofre da agência XV de Novembro;

- todos os administradores da agência efetuavam operações e tinham conhecimento dos saques e depósitos nas referidas contas, bem como tinham interesse monetário já que em cada movimentação era possível "tirar" comissões com a diferença de taxas, inclusive nas operações de exportação mediante venda de dólar futuro a um cambista e repasse ao exportador de moeda nacional a taxas de câmbio inferiores àquelas pagas pelas casas de câmbio;

- subfaturamento de exportações (denominada "*cobrança pink*") mediante emissão de dois jogos de documentos, sendo o de maior valor utilizado para cobrança do importador estrangeiro e o de menor valor para ingresso da moeda estrangeira no país, ficando a diferença exterior.

As práticas irregulares acima descritas foram confirmadas pela auditoria interna do Banestado, conforme consta da correspondência DIAUG/C/483/96, de 19 de dezembro de 1996, endereçada à Agência de Nova Iorque. Depoimentos dos funcionários envolvidos aos auditores revelaram alguns detalhes de como as operações eram realizadas.

Foram constatadas, também, irregularidades em operações de importação conforme relatório de auditoria interna, datado de 15/05/1998.

A Agência Assembléia – Rio de Janeiro realizou o Fechamento de 11 (onze) operações de câmbio de importação com a empresa Conteúdo Express Cargo Ltda., mediante utilização de documentos falsificados, com repatriação de divisas no montante contratado de US\$ 2.875.385,70, que segundo conclusão do auditor, "*como não existem meios para reaver as divisas junto aos, teoricamente, reais credores, pois não houve nem como localizar os importadores no Brasil, o Banco teria que arcar com o prejuízo*".

O relatório contém uma descrição detalhada das irregularidades de cada uma das onze operações, que vão desde apresentação de fatura comercial emitida 5 (cinco) meses após a data da nacionalização da mercadoria; utilização de Declaração de Importação de admissão em entreposto aduaneiro indireto com suspensão; documento inválido para fechamento de câmbio; valores divergentes entre o contrato e a remessa ao exterior e crédito a favorecido diferente do exportador, até crédito em moeda estrangeira para a empresa Tallmam Finance Corp., conhecida casa de câmbio situada na região metropolitana de Curitiba.

A partir de solicitação de informações do Banco Central, a auditoria interna do Banestado realizou exames nas contas correntes das agências 314-Avenida Tiradentes, 039-Londrina Centro e 224-Ponte da Amizade, tendo constatado diversas contas que não atendiam às exigências da Circular 2.025 do Banco Central quanto à documentação necessária à identificação do cliente, tais como, comprovação de residência, indicação de

atividade e comprovação de rendimentos dos correntistas.

As contas apresentam depósitos fracionados e pagamentos de cheques por caixa em valores significativos, e pela da análise da sua movimentação a auditoria interna concluiu tratar-se de "contas de laranja".

Interpelados formalmente pelos auditores internos, os gerentes das agências 314-Avenida Tiradentes, 039-Londrina Centro e 224-Ponte da Amizade, responderam que as contas foram abertas por solicitação e autorização informal do diretor de operações da época, alegando ser interessante para o Banco.

Análise efetuada pelos auditores internos nas contas com movimentação expressiva junto à Agência Foz do Iguaçu apurou as seguintes irregularidades:

Abertura de contas para movimentação de valores de responsabilidade da Tupy Câmbios S.R.L. - C/C 025-33200-9 e Youssef Câmbios - sem conta corrente, e que segundo o gerente da agência Sr. Benito Barbosa Neto foram abertas em função de autorização verbalmente repassada pela Geroi, com conhecimento da Dirco e da Diroi. Referidas autorizações abrangiam a abertura de duas contas para cada cliente nominado (Tupy e Youssef), que seriam movimentadas pelo período de aproximadamente 20 dias e, posteriormente, seriam substituídas por outras duas pelo mesmo prazo de duração, e assim sucessivamente, tendo sido abertas diversas contas;

Abertura de contas correntes mediante apresentação de documentos irregulares pelos correntistas, contrariando o disposto na Resolução 2.025 do Conselho Monetário Nacional.

Solicitado pelos auditores a prestar maiores informações a respeito da abertura das contas que teriam sido autorizadas verbalmente pela Geroi, por telefone (correspondência BEP/DEAUD-FOZ-001/98, de 16/02/98), o Sr. Benedito Barbosa Neto, através de correspondência datada de 18/02/98 confirmou o esquema de abertura das contas destinadas à movimentação de recursos da Tupy Câmbios e Youssef Câmbios anteriormente citadas. Informou, ainda, que as contas eram abertas pela área comercial, sendo os documentos conferidos pelo gerente de negócios, com conhecimento da gerência geral e da área de câmbio, e que os clientes Tupy Câmbios e Youssef Câmbios possuíam contas em Nova Iorque, onde mantinham um bom volume de depósitos, e por essa razão as contas foram autorizadas.

Irregularidades semelhantes foram detectadas em várias outras agências em diferentes regiões do Estado.

Um outro fato que merece ser explorado diz respeito aos créditos tributários.

O valor bruto dos créditos tributários, em 31.03.2000, totalizava R\$ 1.751.217 mil. No entanto, para o cálculo do valor presente desse crédito na data da privatização, o grupo CCF considerou apenas os créditos do Banco Banestado R\$ 1.494.853 mil, alegando que devido à inexistência de controles analíticos sobre os sal-

dos do imobilizado de uso da Banestado Leasing, não considerou os créditos dessa empresa.

Na avaliação desse crédito, o CCF utilizou taxa de desconto de 18% ao ano, apurando um valor presente em 31/03/2000 de R\$ 61.017 mil, valor este que não leva em conta a real possibilidade de aproveitamento desses créditos.

Da análise das demonstrações contábeis do Banestado em 30.06.2003 (nota "9.b"), observa-se que consta do ativo Crédito Tributário no valor de R\$ 509.000 e a informação da existência de crédito adicional não ativado de R\$ 1.012.258, totalizando R\$ 1.521.258, o que evidencia que dos R\$ 1.751.217 existentes em 31/03/2000 já foram realizados R\$ 229.959, valor esse bem superior à avaliação que foi de R\$ 61.017.

Os elevados gastos com publicidade e propaganda foram uma constante dentro do Banestado.

De acordo com o relatório do Banco Central, as despesas de propaganda do Banestado, que no primeiro semestre de 1998 representavam, em média, R\$ 1,4 milhões por mês, em julho daquele ano saltaram para R\$ 7,1 milhões.

Conforme demonstra o quadro a seguir, no segundo semestre de 1998, e principalmente no mês de julho daquele ano, esses gastos foram bem superiores aos gastos de propaganda e publicidade de outros Bancos Estaduais em condições semelhantes, incluindo o Banespa que na época possuía estrutura bem maior que o Banestado, e também superiores aos gastos do Unibanco que é o terceiro maior Banco privado brasileiro:

INSTITUIÇÃO	1º SEMESTRE/98	JULHO/98	JUL. A AGO/98
Banestado	8.571.000,00	7.095.000,00	15.387.000,00
Banespa	8.472.798,51	2.458.292,74	77.870.735,00
Banrisul	9.880.322,63	1.222.483,19	5.085.224,17
Banco Bahia	1.090.242,91	239.702,69	736.959,91
Banco AM	616.227,71	45.449,00	58.442,50
Unibanco	13.147.651,69	2.874.625,53	10.156.556,22

O exagerado volume de gastos com propaganda do Banestado torna-se evidente quando medido em percentual do total das Despesas Administrativas e comparado com os gastos de outros Bancos Públicos, bem como com os três maiores Bancos privados brasileiros.

Só no mês de julho/98 o Banestado gastou em propaganda e publicidade:

a) 82,77% do que foi gasto em todo o primeiro semestre de 1988, ou seja, o valor gasto em julho corresponde a 5,06 vezes a média mensal de gastos do primeiro semestre;

b) 434,28% a mais que a média do semestre em relação ao total das Despesas Administrativas;

c) na relação Despesas Administrativas X Despesas com Propaganda e Publicidade o Banestado gastou no mês de julho/98:

- c.1) 5,19 vezes o que gastou o Banrisul;
- c.2) 6,68 vezes o que gastou o Banespa;
- c.3) 9,35 vezes o que gastou o Banco do Estado da Bahia;
- c.4) 6,71 vezes o que gastou o Unibanco;
- c.5) 2,95 vezes o que gastou Itaú;
- c.6) 9,28 vezes o que gastou o Bradesco.

As despesas do Banestado foram contratadas com as agências Mercer Comunicação Publicitária Ltda. e Heads Propaganda Ltda., sendo que os valores contratados foram superiores aos valores licitados e, por sua vez, os valores efetivamente gastos foram superiores aos contratados, conforme quadro demonstrativo a seguir:

Alguns Pedidos de Autorização para Divulgação e Veiculação - PADV's apresentam elevado valor ou conteúdo questionável, tais como:

- PADV's 38 e 1941 - R\$ 55 mil, referente a produção de "painéis" com propaganda do Estado do Paraná, patrocinada pelo Banestado, com as frases como "*Bem vindo ao Paraná*" ou "*Visite as Praias do Paraná*", contendo um pequeno símbolo do Banestado;

- PADV's 930 - R\$ 173 mil, relativo à impressão de 37.500 revistas "*Paraná Turismo*";

- PADV's 2177, 2178 e 2039 - R\$ 750 mil, referente produção de 5 fitas internas, uma sobre a privatização do Banco com reprodução de 1000 unidades para distribuição aos clientes, e outras 4, de 30 segundos cada, sobre depoimentos de pessoas.

Sobre a privatização:

- as conclusões mais relevantes dos relatórios técnicos elaborados para a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI do Banestado encontram-se sintetizados a seguir:

- o Edital de Licitação Nº 01/99 - Sefa foi elaborado pela equipe mista composta pela Secretaria de Estado da Fazenda - Sefa, da Procuradoria Geral do Estado e do Banestado. Em termos de formatação é falho e de concepção viciada. A idéia original de licitar duas empresas distintas para a obtenção do melhor preço do Banestado, como forma de balizamento da privatização não surtiu efeito desejado, posto que as características intrínsecas dos serviços tinham seus pressupostos diferenciados, vindos a perder a sua objetividade com o desdobramento de serviços sob critérios distintos, que correspondem o Serviço "A" e Serviço "B". Houve a identificação de um terceiro serviço licitado que corresponde o prêmio de êxito para o Serviço "B" que é de caráter injustificável e despropositado;

- o Serviço "A" foi vencido pelo único Consórcio participante (CCF) pelo valor de R\$ 600.154,95 (Seiscentos mil, cento e cinquenta e quatro reais e noventa e cinco centavos); o Serviço "B" foi vencido pelo Consórcio Fator pelo valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de

reais); e o prêmio de êxito do serviço "B" foi pago no valor de R\$ 6.453.367,05 (seis milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, trezentos e sessenta e sete reais e cinco centavos), para cujo serviço já tinha sido remunerado, como Serviço "B";

- apesar da destinação de recursos no montante de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), objeto do contrato firmado entre o Governo do Estado do Paraná com a União, de Abertura de Crédito e Compra e Venda de Ações, em 30.06.98, para a instauração de procedimento licitatório para a venda de ações do Banestado, de titularidade do Estado do Paraná, a Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná realizou pagamentos no montante de R\$ 8.290.522,00 (oito milhões, duzentos e noventa mil e quinhentos e vinte dois reais), ultrapassando a dotação orçamentária no montante de R\$ 2.290.522,00 (dois milhões, duzentos e noventa mil e quinhentos e vinte dois reais);

- a Comissão Especial de Licitação - CEL constituída pelo Decreto Estadual nº 596, de 09.04.1999, conduziu de forma negligente, vindo a extrapolar as funções, favorecendo o Consórcio CCF que deveria ser inabilitado, por apresentar a certidão de regularidade fiscal vencida em 30.06.1998 (e prorrogada para 30.06.1999 por força da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 142/98) para a entrega de envelope do Edital de Licitação nº 01/99 - Sefa ocorrido em 22.07.1999;

- a Comissão de Licitação teve como membros: Lúcia Paula Cordeiro do Rego Barros Biscaia, assessora jurídica da Sefa; Marcos Antonio Jagher, servidor da Secretaria da Fazenda; Márcia Carla Pereira Ribeiro, procuradora do Patrimônio, da Procuradoria Geral do Estado; Carlos Roberto Sebastiani, servidor do Banestado e engenheiro eletrônico; e Waldemar Dante Borgaro, diretor financeiro do Banestado, sendo presidida pela primeira, que intercederam em favor do Consórcio CCF, vindo a admitir uma certidão recebida pela Secretaria de Estado da Fazenda, via fax, em 26.07.1999 às 20h59, em descumprimento ao parágrafo 3º do inciso IV da Lei 8.666/93, pela inclusão posterior de documento que deveria constar originalmente na proposta;

- o Consórcio CCF vencedor do Serviço "A" que era composto pelo Banco CCF Brasil S/A - líder, Setape - Serviços Técnicos de Avaliações do Patrimônio e Engenharia S/A e Leasecorp - Serviços, Locação e Participação Ltda. tem a avaliação patrimonial realizada do Banestado: consistindo nos bens de uso (agências) e bens não de uso que se encontravam com os relatórios assinados por dois profissionais dos quais, nenhum deles possuía "visto" junto ao CREA-PR para a realização dos serviços. Um deles o engenheiro mecânico Ronaldo Ribeiro não é possuidor de atribuição profissional para a realização de avaliações de imóveis urbanos, e o engenheiro civil Celso Alexandre Iazetti não tem atribuição para as avaliações rurais, caracterizando o exercício ilegal da profissão, conforme a Lei nº 5.194, de 24.12.1966, artigo 6º inciso "b";

- as avaliações de bens não de uso de realização do Consórcio CCF, ao invés de serem realizadas na sua totalidade, foram feitas através de amostragem, metodologia esta não prevista no Edital de Licitação nº 01/99 – Sefa. Contudo, não foram impeditivos para se utilizar como pretexto para ser aumentado o valor da licitação, que era por preço fixo, elevando o valor em R\$ 147.000,00 (cento e quarenta e sete mil reais) através de aditivo. Caracterizando duplamente a ocorrência de irregularidades. Primeira, da realização do trabalho por amostragem; a segunda, da elevação de preço através de artifício, sem contrapartida da realização integral dos trabalhos;

- quanto ao Consórcio Fator vencedor do Serviço “B” que era composto pelo Banco Fator S/A – líder, Fator Projetos e Assessoria Ltda, Banco de Investimento Credit Suisse First Boston Garantia S/A, Trevisan Auditores Independentes, Jaakko Pöyry Engenharia, e, Felsberg e Associados – Advogados e Consultores Legais, a avaliação patrimonial do Banestado possuía três relações de profissionais. Primeira, embora constassem como sendo os responsáveis técnicos na execução composta de seis profissionais, mas na verdade, eram realizados por outros, conforme documentos fornecidos pela empresa JP Brasil que sucedeu a Jaakko Pöyry Engenharia que realizou o trabalho. Do confronto das atribuições profissionais dos técnicos, constatou-se que parte dos profissionais não possuía atribuições para realização de avaliações de bens do Banestado, outra sequer possuía atribuição para avaliação e havia profissional que somente emprestou o nome para a composição da relação de responsáveis técnicos;

- de forma semelhante ao Consórcio CCF, o Consórcio Fator avaliou os bens não de uso do Banestado através de amostragem, metodologia esta não prevista no Edital de Licitação nº 01/99 – Sefa, mas que também utilizaram como pretexto que tinham mais imóveis a avaliar, o que propiciou a elevação da licitação por preço fixo, ao montante de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) através de aditivo, para cujo serviço igualmente não foi realizado na sua íntegra, sendo cometidas as mesmas irregularidades por parte do Consórcio CCF;

- da análise comparativa das avaliações patrimoniais realizadas entre os Consórcios CCF e Fator, identificou-se a existência de imóveis que foram avaliados por um consórcio, mas não avaliado por outro consórcio. Da mesma forma, o mesmo imóvel, avaliado com a mesma metodologia, acusou-se uma variação de preço de 1.400% (um mil e quatrocentos por cento). Em termos de parâmetros de apuração de amostras, o Consórcio CCF não apresentou as bases pelas quais foram levadas em conta para a obtenção dos valores; enquanto o Consórcio Fator afirmou, em audiência pública, que as avaliações não dependiam de visita física. Tanto é que o Consórcio Fator apresentou a Anotação de Responsabilidade Técnica de três profissionais, originárias do CREA-SP, como se os trabalhos fossem executados na jurisdição do

Estado de São Paulo, enquanto a maioria dos imóveis eram localizados no Estado do Paraná, o que caracteriza a falsidade ideológica. Os elementos relatados demonstram, de forma inequívoca, que os trabalhos de avaliação patrimonial do Banestado que compõe como uma das bases da avaliação econômico-financeira do Banestado não foi sequer avaliada pela Comissão especialmente designada para esse fim;

- a auditoria jurídica imobiliária realizada pelo Consórcio Fator (através da empresa Felsberg e Associados – Advogados e Consultores Legais) foi baseada em amostragem de documentos entregues pelo Banestado. Tendo analisado 46 títulos dominiais no rol dos 205 imóveis de uso (agências), e 33 títulos dominiais da totalidade de 1.307 imóveis não de uso. Dentro desse contexto, existe a ocorrência de duas irregularidades distintas. Primeira, o Edital de Licitação não previa a realização de trabalho por amostragem; a segunda, a metodologia utilizada de análise através de certidão de filiação vintenária, não constitui um procedimento eficaz para fins de certificar a legitimidade e legalidade de títulos dominiais na realidade do Estado do Paraná, em vista de vícios de titularidade não alcançáveis através desse método, segundo estudos de investigações realizadas. Novamente, os elementos relatados demonstram, de forma inequívoca, que os trabalhos de auditoria jurídica imobiliária que compõe um dos trabalhos específicos do Serviço “B” do Edital Nº 01/99 – Sefa não foi sequer avaliada pela Comissão especialmente designada para esse fim, caracterizando a omissão dos seus membros ou mesmo do mentor intelectual que os indicou;

- quanto à avaliação do Banestado pelo Consórcio Fator, não foram atribuídos valores pela marca “Banestado”, por entender que a instituição encontrava-se em dificuldade financeira, fato este que não corresponde à veracidade dos fatos, já que o Banestado foi saneado. Sobre as operações baixadas em CCP, isto é em prejuízo, a metodologia adotada, por amostragem, abrangendo apenas 308 dentre 49.741 operações, constituiu um artifício para a distorção do Valor Econômico Mínimo alcançado. Trata-se de demonstração nítida da omissão dos membros especialmente designados para a avaliação dos trabalhos;

- o Consórcio Fator recebeu o prêmio de êxito do Serviço “B” no valor de R\$ 6.453.367,05 (Seis milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, trezentos e sessenta e sete reais e cinco centavos), sem que tenha tido contrapartida de serviço prestado. Mesmo porque, o Serviço “B” foi remunerado pelo valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), além do aditivo irregular de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais). Não há nexo-causal entre o recebimento de prêmio onde a venda foi realizada pelo leilão, e não através do empenho da empresa vencedora da execução do Serviço “B”;

- o único aspecto que foi analisado do trabalho do Consórcio Fator, que se integrou ao Serviço “B” do Edital de Licitação nº 01/99 – Sefa, foram as observações

contidas no relatório denominado Identificação de Ajustes e Pontos Críticos, onde mencionava-se dois aspectos distintos: (a) as disponibilidades de caixa do Estado que era centralizado no Banestado e com a privatização, a instituição adquirente viria perder as benesses; (b) do parecer de que o pagamento de funcionalismo público estadual e os depósitos judiciais não considerados no conceito de disponibilidades de caixa. O relatório do Consórcio Fator recomendou a edição da lei estadual da obrigatoriedade do Estado do Paraná de manter os pagamentos salariais e do funcionalismo estadual das administrações direta e indireta, além da exclusividade da manutenção das contas do Estado do Paraná, pelo prazo de 5 (cinco) anos em favor da instituição financeira que viesse a adquirir o Banestado. Posicionamento este do Consórcio Fator é tendencioso, pelo fato de ser conflitante com o parecer por ele emitido (inciso “b”), além do fato de que não foram computados na precificação do Banestado os fluxos monetários dos recursos geráveis e nem dos depósitos judiciais;

- através dessa recomendação – único aspecto analisado por parte do Governo do Estado do Paraná, deu-se a origem à Lei Ordinária nº 12.909/2000, de 23.08.2000, que autoriza o Poder Executivo a incluir no Edital nº 01/2000, de venda das ações do Banestado a manutenção de contas dos depósitos referentes a tributos estaduais. Contudo, a própria lei foi incluída no parágrafo único: *O prazo de manutenção da exclusividade tratado no caput deste artigo poderá ser prorrogado mediante negociação que levará em conta o interesse público, sob a forma de reciprocidade e agregação de valores ao Estado*. O Banco Itaú adquiriu as ações do Banestado, e a manutenção da exclusividade das contas do Estado do Paraná permanecerá até 26.10.2005. Entretanto, o ex-governador Jaime Lerner, celebrou a prorrogação, antes do término do prazo, por mais de 5 anos, com vigência de 26.10.2005 até 26.10.2010, sem que tenha realizado a licitação específica;

- o Edital de Licitação nº 01/2000 que corresponde à venda das ações do Banestado, possuía no seu bojo, alguns aspectos totalmente incompreensíveis, destacando entre elas: (a) a venda de ações aos empregados ativos e aposentados do Banestado pelo deságio de 50% (cinquenta por cento) em relação ao Valor Econômico Mínimo por ação do Banestado, o que caracteriza um favorecimento disfarçado a determinado grupo de pessoas, em detrimento aos interesses públicos;

- a Comissão de Coordenação para supervisionar a avaliação e venda das ações do Banestado, constituída através do Decreto Estadual nº 1.732, de 12.01.2000 possuía os seguintes membros: Giovani Gionédís, secretário de Estado da Fazenda – presidente; José Evangelista de Souza, vice-presidente e diretor de Privatização do Banestado; Hermínio Paiva de Castro, assessor da Secretaria de Estado da Fazenda; Waldemar Dante Borgaro, diretor-financeiro do Banestado; Márcia Carla Pereira Ribeiro, procuradora do Estado; e Lúcia Paula Cordeiro

do Rego Barros Biscaia, assessora jurídica da Secretaria de Estado da Fazenda. Registra-se que Waldemar Dante Borgaro, Márcia Carla Pereira Ribeiro e Lúcia Paula Cordeiro do Rego Barros Biscaia eram membros integrante da Comissão Especial de Licitação nº 01/99 – Sefa, da qual foi constatada a irregularidade de ter aceitado do Consórcio participante (CCF) do certame o descumprimento da regularidade fiscal, bem como, da inclusão de documento após a entrega do envelope. Segundo a análise das atas das reuniões da Comissão de Coordenação para supervisionar a avaliação e venda das ações do Banestado, constatou-se que os assuntos tratados são especificamente de ajustamento do cronograma de privatização propriamente dito e as dúvidas por parte dos próprios membros na maioria das reuniões realizadas não houve a participação do presidente da Comissão. Constatou-se também, que a nomeação dos membros não se vinculou com o pressuposto de supervisão propriamente dita, onde requer o conhecimento e vivência dos serviços licitados, dos quais nenhum dos membros mostrou-se ser competente no assunto, mas que também não declinaram das suas nomeações, propiciando, em decorrência das omissões, negligências, a avaliação irreal das ações do Banestado, de titularidade do Estado do Paraná;

- esta Comissão que tinha o objetivo de supervisionar a avaliação e venda de ações do Banestado, desvirtuou o objetivo principal e concentrou-se unicamente no cumprimento do cronograma da privatização. Caracterizando a intencionalidade da não-interferência do processo de avaliação propriamente dita, posto que, nenhum dos membros tinha experiência e vivência sobre se encontrava avaliando de forma correta, para cujo Valor Econômico Mínimo seria objeto da venda das ações do Banestado. Mais curioso ainda, que mesmo aqueles membros que se dizem com experiência bancária: José Evangelista de Souza e Waldemar Dante Borgaro, quando surgiam as dúvidas, prevaleciam sempre as considerações do Consórcio Fator. Fato este, que pode caracterizar um estabelecimento de diretrizes prévias por parte do Governo do Estado do Paraná, que merece ser investigado;

- em vista da sucessão de irregularidades das avaliações parciais, a que redundou com a avaliação irreal das ações do Banestado, sugere-se que a precificação total do Banestado foi artificialmente achatada, para que desse uma “falsa impressão que o Banestado foi privatizado com ágio”;

- como no processo de privatização do Banestado houve a aprovação do Banco Central do Brasil, sugere-se que a autarquia apenas agiu segundo a conveniência institucional, posto que, a partir de outubro/1999, quando foi desativado o setor de fiscalização em Curitiba, ficou literalmente desfalcado de técnicos. E na hipótese de não havendo a possibilidade de privatização, o Banestado seria federalizado, o que tornaria desinteressante para o próprio Banco Central do Brasil. Trata-se de conflito de interesses institucionais, dos quais parte do agravamento

da situação do Banestado, a ser apurada, deve ser atribuída pela omissão da autarquia. Dentro desse contexto, a ilustração por parte de José Evangelista de Souza, que era funcionário aposentado do Banco Central do Brasil que ocupou a função de vice-presidente do Banestado e diretor de Privatização, as circunstâncias demonstradas anteriormente, tem-se mostrado que se pendeu mais aos interesses da autarquia da qual o mesmo encontra-se aposentado, do que propriamente defendendo aos interesses do Banestado, do qual era seu vice-presidente;

- analisando-se das causas do deperecimento patrimonial do Conglomerado Banestado, conforme contido no Pt 000103200 de 12.07.2000, no âmbito do Banco Central do Brasil, existem a constatação dos seguintes fatos, destacando-se entre eles:

. o Conglomerado operava de maneira inadequada em relação:

- à qualidade de seus devedores;
- às exigências da boa técnica bancária na concessão dos créditos;
- ao controle efetivo de seus custos operacionais; e
- às providências de cobrança e recuperação de créditos problemáticos;

- até o Plano de Estabilização Econômica (Plano Real), em julho/1994, as perdas decorrentes desse caso na condução dos negócios eram ocultadas pelos ganhos inflacionários, obtidos com a aplicação dos recursos não onerosos disponíveis;

- após o Plano Real, dada a manutenção da postura gerencial equivocada por parte do Banestado, ressalvada a melhora na recuperação de créditos baixados para prejuízo em 1994, foram convocados diretores da Instituição, em 27.12.1994, para firmarem Termo de Comparecimento, onde ficou manifestada a apreensão desta autarquia com a redução dos níveis de liquidez do Banco, bem como as novas exigências gerenciais que, ditadas pela situação pós-estabilização monetária, teriam que ser adotadas;

- em resposta ao Termo de Comparecimento citado no item precedente, o governador do Estado do Paraná, Sr. Jaime Lerner, apresentou ao Banco Central, em 05.01.1995, um plano de diretrizes e metas que contemplava, entre outras, as seguintes providências;

- aumento do capital social do Banestado;
- alienação da Banestado S.A. – Reflorestadora;
- intensificação da cobrança e da recuperação de créditos perdidos;
- redução da estrutura administrativa; e,
- adequação de operações aos prazos e taxas de captação;

. de 05.01.1995 até a privatização do Banestado propriamente dita, não se tem mostrado o cumprimento dos planos de diretrizes e metas. A Banestado S.A. – Reflorestadora não foi alienada, e a intensificação da cobrança e da recuperação dos créditos perdidos foi identificado uma anomalia, que consiste entre o período de 1995 a 2000, os advogados do próprio Banestado con-

comitantemente configuravam como colaboradores credenciados (contratados terceirizados) na cobrança dos créditos. Destacando especialmente os Srs. Fausto Pereira de Lacerda Filho e Milton João Betenhenser Júnior. Sendo que o primeiro, foi diretor de Privatização do Banestado, no período de 21.08.1998 a 19.01.1999 e que atuou e atua como advogado de empresas inadimplentes em cujos créditos permanecem na atualidade junto à Agência de Fomento (ex: Massa Falida Emílio Romani S/A) com saldo devedor, na data-base de 31.05.2003 de R\$ 6.205.255,69 (seis milhões, duzentos e cinco mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), além de serem advogados da empresa Rio Paraná, adquirente dos direitos dos créditos do Banco Itaú S/A originalmente do Banestado, que se encontrava em cobrança sem sucessos há anos (...). Os elementos aqui trazidos demonstram as faces ocultas de conflito de interesses, que a privatização do Banestado tornou-se uma perfeita “queima” de arquivo no sentido amplo.

A CONSOLIDAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES SOBRE A PRIVATIZAÇÃO

Em face das diferentes características das irregularidades apontadas, recomenda-se:

- o prosseguimento das medidas de caráter administrativo, cível e criminal cabíveis, responsabilizando os mentores intelectuais da formatação do Edital de Licitação nº 01/99 – Sefa ainda não identificados, pela inclusão no Edital do prêmio de êxito do Serviço “B”, pelo caráter despropositado e lesivo ao erário público;

- o prosseguimento das medidas de caráter administrativo, cível e criminal cabíveis responsabilizando aos membros da Comissão Especial de Licitação designados pelo Decreto Estadual nº 596, de 09.04.1999, especialmente à Lúcia Paula Cordeiro do Rego Barros Biscaia, presidente da Comissão Especial de Licitação; e à Márcia Carla Pereira Ribeiro, procuradora do Patrimônio, da Procuradoria Geral do Estado, pelo descumprimento legal da Lei nº 8.666/93; sem prejuízo das medidas cabíveis ao Carlos Roberto Sebastiani, pela omissão do servidor do Banestado e engenheiro eletrônico, que alegou em depoimento junto a CPI que sabia que as empresas de avaliação sediadas em outras Unidades de Federação que não do Estado do Paraná necessitavam da obtenção de “visto” junto ao CREA-PR, mas se omitiu alegando que a formatação do Edital de Licitação nº 01/99 – Sefa do qual ele não participou;

- o rastreamento do montante dos recursos na ordem de R\$ 6.453.367,05 (seis milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, trezentos e sessenta e sete reais e cinco centavos), que o Consórcio Fator recebeu como prêmio de êxito do Serviço “B”, com o propósito de identificação dos reais beneficiários ocultos; sem prejuízo das medidas cabíveis de ressarcimento, para cujos serviços já tinham sido pagos através do Serviço “B”;

- o prosseguimento das medidas de caráter administrativo, cível e criminal cabíveis contra o HSBC que adquiriu o Consórcio CCF, vencedor do Serviço “A” pelo fato da realização dos trabalhos de avaliação patrimonial de engenharia com profissionais sem as atribuições profissionais, sem prejuízo ao ressarcimento dos valores a serem apurados dos serviços parcialmente não realizados;

- o prosseguimento das medidas de caráter administrativo, cível e criminal cabíveis contra o Consórcio Fator, vencedor do Serviço “B” pelo fato da realização dos trabalhos de avaliação patrimonial de engenharia com profissionais sem as atribuições profissionais; de realização de auditoria jurídica imobiliária segundo metodologia inadequada à realidade do Estado do Paraná; e de demais procedimentos dissociada da observância de critérios coerentes, sem prejuízo ao ressarcimento dos valores a serem apurados dos serviços parcialmente não realizados;

- o prosseguimento das investigações, no sentido de ser identificado o mentor intelectual das vendas de ações com deságio de 50% (cinquenta por cento) em relação ao Valor Econômico Mínimo por ação do Banestado, para a aplicação das medidas cabíveis, em vista dos prejuízos causados ao interesse público;

- o prosseguimento das medidas de caráter administrativo, cível e criminal cabíveis responsabilizando aos membros da Comissão de Coordenação para supervisionar a avaliação e venda das ações do Banestado, constituída através do Decreto Estadual nº 1.732, de 12.01.2000: Giovanni Gionédís, secretário de Estado da Fazenda – presidente; José Evangelista de Souza, vice-presidente e diretor de Privatização do Banestado; Hermínio Paiva de Castro, assessor da Secretaria de Estado da Fazenda; Waldemar Dante Borgaro, diretor-financeiro do Banestado; Márcia Carla Pereira Ribeiro, procuradora do Estado; e Lúcia Paula Cordeiro do Rego Barros Biscaia, assessora jurídica da Secretaria de Estado da Fazenda – pela omissão, negligência e em especial, sobre a não-execução das atividades designadas, que é da avaliação dos trabalhos licitados;

- o prosseguimento das medidas de caráter administrativo e judicial cabíveis, sobre a anulação da prorrogação de manutenção com exclusividade de contas do Estado no Banco Itaú, do período compreendido da prorrogação havida da vigência de 26.10.2005 até 26.10.2010, posto que o período contratual anterior não tenha sido ainda vencido;

- o prosseguimento de estudos técnicos, com o propósito de identificar o agravamento da situação do Banestado, após outubro/1999 quando da desativação do setor de fiscalização do Banco Central do Brasil em Curitiba, do qual contribuiu para a situação do Banestado e que levou a aprovação da privatização da autarquia, mesmo à despeito das inúmeras irregularidades;

- o aprofundamento da investigação das questões das operações de crédito do Banestado, que tidas como enquadradas em Crédito em Liquidação e/ou de outras rubricas tidas como sem perspectivas de recebimento, mas que, após a privatização, esses créditos de difícil recuperação foram cedidos a terceiros e as cobranças estão sendo efetivadas;

- o aprofundamento na investigação de processos de cobranças envolvidas e os advogados, pois é sintomático e estarrecedor a constatação que esses profissionais, enquanto eram funcionários do Banestado, as ações ajuizadas não tiveram seus sucessos. E, quando após a privatização integraram como prepostos da empresa Rio Paraná cessionária desses créditos do Banco Itaú, originalmente do Banestado. Esses insucessos de cobrança em outrora foram curiosamente revertidos – situações conflitantes estas podem ser fatores indicativos que os créditos foram intencionalmente direcionados a cobranças judiciais para possibilitar um favorecimento de terceiros interessados, ou mesmo de possíveis créditos que foram pedidos na Justiça.

A CPI do Banestado, mesmo antes de encerrar seus trabalhos, já tomou uma atitude para minimizar uma das irregularidades cometidas em relação à privatização do Banestado. Através de projeto de lei, realizado com base nos estudos da CPI, e apresentado pelo deputado Neivo Beraldin, garantiu a extinção da exclusividade das contas do Estado e do pagamento do funcionalismo através do Banco Itaú, que deverá ser em Banco Público. Tal projeto foi aprovado pela Assembléia Legislativa do Paraná e só depende da sanção do governador do Estado, que já se mostrou publicamente favorável ao projeto.

O que conclui-se de todo o trabalho da CPI é que na realidade, a decisão pelo saneamento do Banestado para posterior privatização, decorreu principalmente do volume imenso de irregularidades cometidas no Banestado, sendo que a sua maioria na gestão Jaime Lerner, e que com a venda do Banco passariam despercebidos.

Apesar de o Banco do Estado do Paraná necessitar em 1995 aproximadamente R\$ 2,1 bilhões, em poucos anos de governo Lerner o prejuízo acumulado precisou ser saneado com R\$ 4,1 bilhões de reais, ou seja, se o Banestado tivesse sido saneado na época, haveria uma economia para a sociedade paranaense de R\$ 2 bilhões de reais.

Contudo, com a instalação da CPI do Banestado no Paraná, todas essas situações “acobertadas” passaram a ser investigadas, e com o presente relatório nas mãos do Ministério Público com milhares de documentos, pode auxiliar nos processos já ajuizados, bem como traz novos fatos para serem utilizados para novas ações cíveis, criminais e administrativas.

As pessoas que agiram na certeza da impunidade responderão enfim pelos seus atos de improbidade, além da possibilidade do ressarcimento do Estado do Paraná em face das omissões, ações dolosas e culposas de instituições e pessoas físicas apontadas.

Por esse motivo, ressalte-se a recomendação da busca do ressarcimento aos cofres públicos em relação ao Banco Central do Brasil, que foi omissa e negligente ao não agir quando deveria, através de intervenção, para diminuir a dívida contraída junto à União que é um fardo pesado demais para a população paranaense que não o merece.”

Eu quero, em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito, agradecer a atenção dos senhores deputados, das autoridades presentes.

Este é o relatório final da CPI do Banestado; apenas um esboço. O relatório, na verdade, consta de 1400 páginas, mais de 80 mil páginas em anexo, dos quais, a partir desta data, passará a ser de conhecimento público naquilo que não houver sigilo bancário estabelecido pela lei e o sigilo que a justiça determinou.

Senhor presidente, era este nosso relatório.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero cumprimentar o deputado Bradock pelo excelente trabalho desenvolvido, como presidente do deputado Neivo e demais membros da Comissão, que se dedicaram por mais de 160 dias, para esclarecer e fornecer ao Ministério Público do Paraná e ao Ministério Público Federal, elementos para elucidar a questão do Banestado.

A seguir, concedemos a palavra ao deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente e senhores deputados.

Eu gostaria, neste momento, de fazer um agradecimento especial a cada um dos dedicados funcionários que colaboraram conosco, neste trabalho de 8 meses. Quero agradecer ao deputado Luciano Ducci, vice-presidente da Comissão, ao deputado Ailton Araújo, ao deputado Milton Pupio, ao deputado Ademir Bier, à deputada Luciana Rafagnin, ao deputado Francisco Bühner, ao ilustre deputado Mário Sérgio Bradock, ilustre deputado Waldir Leite e ilustre deputado Pedro Ivo.

(Lê):

“Esta data nunca se apagará da minha memória: dia 26 de novembro de 2003. Eu guardarei dentro do meu coração, para o resto da minha vida, todos os momentos que estou vivendo hoje. Eu idealizei a CPI do Banestado há mais de 4 anos. Nunca pude fazê-lo tornar-se realidade e não vamos, aqui, neste dia tão importante, explicar o porquê de não termos conseguido antes isto que estamos vivenciando hoje.

Cuidei da CPI, não como presidente, nem tampouco como deputado. Completando meu sexto mandato popular, cuidei da CPI como se fosse um filho. Um filho você vê nascer, crescer, e depois ter sua própria vida, independentemente dos pais, constituindo sua família, tendo seus filhos, e assim por diante. Esta é a roda da vida.

Uma CPI assim o é. Eu a vi nascer, crescer, tomar formas e contornos muitas vezes inesperados, e comparando com um filho, vejo-a deixar a sua casa, para construir a sua vida.

E o que esperamos de um filho? Ora, os pais sempre esperam muito porque planejam muito para o futuro do seu filho.

Com a CPI do Banestado não foi diferente. Assim como um pai busca os melhores educadores, melhores médicos para o seu filho, busquei constituir a melhor equipe técnica multidisciplinar, para que a CPI pudesse ir a fundo, como foi, na investigação da mais tradicional e querida instituição do nosso Estado.

Profissionais talhados para este serviço, que não pouparam horas de sono e furtaram todo o tempo possível do convívio dos seus familiares para assessorar 11 parlamentares aguerridos e competentes.

Onze deputados que cumpriram o seu papel e não faltaram nas horas mais difíceis.

Deputados que participaram e decidiram cada passo que esta CPI tomou, visando sempre a concretização de um trabalho mais próximo possível da perfeição.

Foram 43 reuniões públicas. Foram ouvidas mais de uma centena de pessoas. Foram fotocopiadas mais de 80 mil páginas de documentos que ampararam os trabalhos da Comissão, que, estão resumidos de forma muito competente, em mais de 1000 páginas do relatório escrito pelo deputado Mário Bradock.

Sentaram no banco das testemunhas figuras proeminentes; talvez alguns nunca esperaram que um dia em suas vidas deporiam em uma CPI. Alguns, graças ao trabalho da CPI, sentarão no banco dos réus nos fóruns e tribunais, e futuramente, terão a prisão como nova morada.

Não podemos nos esquecer da magnitude e da perfeição do trabalho dos juízes Sérgio Moro e Bianca Giorgia. Magistrados competentes e, acima de tudo, profissionais de notório saber jurídico, que, apesar de jovens, suprem a pouca idade com determinação, coragem, dinamismo, perseverança, buscando cumprir cada um a sua missão, fazer justiça.

Aliás, falando nisso, a CPI não perdeu nenhuma ação na Justiça. Foram quebras de sigilos das auditorias do Banestado por 10 anos. Quebra de sigilo do Banco Central. Quebras de sigilos bancários e fiscal de 17 ex-diretores do Banestado, 14 empresas.

Também foi quebrado o sigilo das operações da empresa Rio Paraná e da Agência de Fomento do Paraná.

Com esses documentos a CPI pode verificar, em alguns casos, fortes indícios de recebimento de propinas para liberação de empréstimos.

Foram impetrados mandados de segurança tentando barrar os trabalhos da CPI. Todos em vão. A nossa argumentação é consistente e respaldada por documentos que não podem ser contestados.

Nunca achei justo o povo do Paraná ser compelido a pagar uma conta de quase 50 milhões de reais por mês

por um prejuízo que foi provocado por um grupo seletivo de pessoas.

Isso, quem atesta, é o próprio Banco Central.

Apesar de ter a satisfação do dever cumprido, não penso na CPI como a obra de uma casa, que, ao final se vê pronta, acabada.

Penso na CPI como o nascedouro de uma nova era neste Estado e neste País. O relatório está aí, sendo repassado ao Ministério Público Estadual e ao Ministério Público Federal. Cabe agora a esses defensores da sociedade o papel de, em nome do povo, agirem com o respaldo dado pela CPI, visando a condenação dos efetivamente culpados pela quebra do Banco e visando também recuperar parte do dinheiro que hoje é tirado dos paranaenses, sangrando o caixa do Estado todos os meses pelos próximos 27 anos.

Caberá ao governo do Estado o ressarcimento de parte do empréstimo, pelo que já disse o deputado Braddock. A CPI chegou à conclusão de que pelo menos 2 bilhões de reais devem ser devolvidos da União para o Estado.

Uma ordem neste País, para que figuras que tenham cometido as mais diversas irregularidades possam agora se ver com a Justiça.

Quero agradecer hoje a presença aqui da deputada federal Clair, representando a CPI mista do Congresso Nacional.

Agradecer o presidente desta Casa pelo apoio que nos deu. Agradecer também o 1º secretário, Nereu Moura, que nunca nos faltou na hora da necessidade de um equipamento, de algo que pudesse assessorar a CPI.

Agradecer ao Ministério Público Estadual e Federal.

Quero, sem sombra de dúvidas, dizer que é uma honra muito grande contar com a presença do governador do Estado, onde vai sancionar uma lei que é de autoria da CPI.

Os membros da CPI assinaram uma lei e esta lei acaba com a exclusividade dos Bancos privados no que diz respeito aos depósitos públicos. Então, a CPI hoje já sai marcando um gol de placa. Esperamos ver agora aqueles que receberam o dinheiro, que receberam as vantagens das falcaturas, se explicando com a Justiça.

Não vou me alongar neste pronunciamento, porque sei que o governador do Estado tem inúmeros compromissos e está aqui de uma forma muito gentil, tendo em vista que o relatório foi bastante extenso.

Para terminar, quero agradecer aos seguranças da Casa, ao setor de taquigrafia e ao cerimonial desta Casa que sempre estiveram conosco. Quero agradecer a cada deputado que teve a compreensão da complexidade que foi presidir a CPI do Banestado. Nós desvendamos em oito meses uma situação de um Banco público, não só do Banco comercial, mas de todo Conglomerado Banestado; conseguimos a quebra do sigilo fiscal do Banco Central; das auditorias do Banco de dez anos; da empresa Rio Paraná; da Carteira de Fomento e de todas as pessoas que

foram nominadas aqui. Garanto que a documentação que será remetida para as medidas judiciais cabíveis, é amparada por documentos oficiais.

Um abraço a todos!

Muito obrigado também ao chefe da Casa Civil, Caíto Quintana; a cada funcionário da Assembléia Legislativa e a todos que não mediram esforços para nos ajudar a cumprirmos essa missão que, sem sombra de dúvida, foi a mais árdua de toda a minha vida, porque envolveu grandes interesses, grandes pressões, mas não nos abateu em nenhum momento e seguimos em frente, sempre com a presença dos deputados da CPI que entenderam a necessidade de termos uma equipe técnica. Nós valorizamos a equipe técnica, por isso estamos hoje entregando um trabalho misto dos deputados que compõem a CPI com uma equipe multidisciplinar de dezessete profissionais.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Agora o Exmo. Sr. governador Roberto Requião vai sancionar a lei que proíbe iniciar, renovar ou manter em regime de exclusividade a qualquer instituição privada as contas de depósitos específicos e adota outras providências.

Com a palavra, o Sr. Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO

Este projeto de lei é o primeiro fruto concreto da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa.

Vejo aqui no plenário a presença da esposa e do filho do deputado Neivo Beraldin. Vocês dois podem orgulhar-se do marido e pai com o mesmo orgulho que o Paraná tem de todos os membros da CPI que atropelaram interesses, cortaram um fundo e apresentaram ao Ministério Público e ao Governo do Estado um belíssimo trabalho.

Sanciono a lei que restabelece a liberdade do Governo do Estado nos limites da Constituição, para aplicar os seus próprios recursos. Até agora, por uma lei que derivou de um acordo absurdo, estávamos presos ao Banco Itaú e não podíamos discutir uma taxa, uma tarifa. O recurso do Estado e os depósitos para pagamentos dos salários dos funcionários estavam vinculados de maneira incongruente a um único Banco.

Ao tempo que sanciono esta lei quero, honrando aquela visão do equilíbrio, da harmonia e da interdependência entre os poderes, oferecer à Assembléia Legislativa, entregando nas mãos do seu presidente, o meu amigo deputado Hermas Brandão, um trabalho executado por assessores do Governo do Estado, pelo Ministério Público Estadual, pela Associação dos Magistrados e pela Ordem dos Advogados do Brasil, que contém algumas sugestões que nós acreditamos que implicam em consistentes aperfeiçoamentos ao projeto de reforma do Judiciário.

Aceite, presidente, como um subsídio para a Assembléia e para o debate do assunto! Não temos a pretensão de estarmos trazendo uma nova versão da verdade, mas temos, sim, a pretensão de estarmos trazendo à Assembléia o melhor dos nossos esforços para que possamos dar ao Paraná a melhor reforma possível do Judiciário.

Antes ainda quero assinar, sancionando a lei que quebra a exclusividade do Banco Itaú, quero mais uma vez elogiar a CPI, porque a CPI esclareceu algumas circunstâncias que até então estavam nebulosas. Em agosto de 98, nas vésperas da disputa do Governo do Estado, onde eu disputava crescendo nas pesquisas de opinião como então governador Jaime Lerner, três empresas ligadas ao governo fizeram empréstimos - pasmem os senhores - nas Ilhas Caimã, de três milhões e meio de dólares, com o aval do Governo do Estado do Paraná. Na época, nos corredores e nas esquinas, comentava-se que isso partia de uma decisão do staff do então governador, que se suportava na assertiva de que eleição não se ganha, mas eleição se compra. E logo depois, somas incríveis derramadas no processo eleitoral fizeram reverter a minha expectativa de vitória e por 1.6 perdi a eleição.

Posteriormente, quando o ex-ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes, hoje secretário da Administração do nosso Governo, encarregava-se do saneamento do Banestado, chamou essas empresas Tucumã, Redran e Jabur para que pagassem os seus débitos, que já tinham sido honrados pelo Banco do Estado do Paraná, e recebeu dessas empresas a resposta: não pagamos, porque esse dinheiro não era nosso, apenas emprestamos as nossas razões sociais; esse dinheiro era para o pessoal do Governo.

Acredito que, embora encerrada a CPI, ainda esta Assembléia pode chamar os titulares dessas empresas, com parceria do Ministério Público e do Judiciário, e quebrar o sigilo bancário e as contabilidades dessas empresas para ver se nelas esses recursos entram e, se entraram, por onde saíram e desta forma, com toda clar-

eza, chegarmos a uma conclusão muito clara se esse dinheiro se destinou ou não, como se comenta nas ruas e como sabem as pedras e as árvores da cidade de Curitiba, ao financiamento de uma campanha eleitoral - financiamento a fim e a cabo pago pelo erário, pelo povo do Paraná.

É um apelo que faço à Assembléia! A Assembléia tem poderes para isso e esse mesmo apelo já fiz publicamente ao Ministério Público do Paraná.

É preciso que no Paraná e no Brasil se ponha fim ao processo de impunidade aos que “metem a mão” no erário!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Antes de encerrarmos a presente Sessão, queremos agradecer ao governador Roberto Requião, que veio prestigiar este Poder Legislativo.

Tenho certeza que o relacionamento do Poder Legislativo com o Poder Executivo será sempre de respeito, porque sabemos que tanto o Poder Executivo como o Poder Legislativo querem o melhor para o nosso Estado e a nossa população.

Agradecer mais uma vez aos membros da CPI do Banestado, ao presidente Neivo, ao relator Bradock e a todos os participantes, nossos deputados, pelo trabalho que fizeram para esclarecer à população do Paraná, as irregularidades cometidas no passado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Ordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 246 e 669/2003.

Levanta-se a Sessão.